negocios

negocios.pt

Terça-feira, 3 de setembro de 2024 | Diário | Ano XVIII | N.º 5316 | € 2.80
Diretora Diana Ramos | Diretor adjunto Celso Filipe

JOSÉ SÁ REIS
Para que serve o controlo das concentrações
OPINIÃO 24

ALDINO S. CAMPOS
Vivemos num mundo cada vez mais artificial
OPINIÃO 27

Governo vê custo com juros da dívida abrandar em 2025

Despesa com financiamento alivia ainda mais e terá um agravamento de apenas 300 milhões no próximo ano. Gastos com pensões também perdem ritmo com queda da inflação. ECONOMIA 8 e 9

URSULA VON DER LEYEN

Será a senhora Europa em versão 2.0. Além da guerra, tem pela frente uma UE mais fragmentada.

PRIMEIRA LINHA 4 a 7

Yves Herman/Reuters

CMVM quer bancos mais ativos a travar abusos na bolsa

Supervisor reforça as recomendações aos intermediários financeiros. Com mais casos de suspeitas de manipulação, regulador pede maior proatividade na deteção de problemas.

MERCADOS 20 e 21

Indústria

Roldes fez 100 anos e faliu. Está em leilão online

Fábrica de curtumes de Guimarães deixa mais de 30 pessoas no desemprego.

EMPRESAS 16

RADAR ÁFRICA

Governo chinês “furioso” com ausência de João Lourenço em Pequim

ECONOMIA 13

Aviação

Especialista diz que proposta da Lufthansa para a TAP protege “hub”

EMPRESAS 14 e 15

Fundos

Bruxelas passa culpas aos Estados por atrasos na bazuca

ECONOMIA 10

Miguel Baltazar

Novo Banco emite 500 milhões em nova dívida

O banco liderado por Mark Bourke destaca o "forte interesse do mercado", com a operação a gerar uma procura que atingiu um montante superior a 1,6 mil milhões de euros.

As obrigações têm um prazo de cinco anos, podendo ser reembolsadas antecipadamente ao fim de três anos e meio. Até esse prazo, o cupão foi fixado em 3,5%. A procura superou a oferta em mais de três vezes.

LEONOR MATEUS FERREIRA
leonorferreira@negocios.pt

O Novo Banco esteve no mercado para emitir nova dívida sénior preferencial. O banco colocou 500 milhões de euros, com maturidade a 9 de março de 2029, ou seja, cinco anos, e opção de reembolso antecipado quando atingir os 3,5 anos, anunciou em comunicação à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

As obrigações foram subscritas a 99,879%, com cupão fixo de 3,5% nos primeiros três anos e meio. Depois disso, o juro passa a variável, tendo por base a Euribor a três meses, acrescido de uma margem de 100 pontos-base.

"O banco anunciou ao início da manhã a intenção de efetuar uma emissão de uma obrigação sénior preferencial, com o forte interesse do mercado a gerar uma procura que atingiu um montante superior a 1,6 mil milhões de euros", explica o Novo Banco. A procura ficou assim 3,2 vezes acima da oferta.

A emissão foi colocada junto de cerca de 80 investidores institucionais internacionais. Em termos geográficos, a alocação final divide-se por França (31%), Reino Unido (28%), Nórdicos (14%), Península Ibérica (9%) e Itália (5%). Destes, a maioria (74%) são gestoras de ativos, enquanto 10% são bancos centrais.

A liquidação ocorrerá a 9 de setembro de 2024. BNP Paribas, BofA Securities, Deutsche Bank, Jefferies e J.P. Morgan atuaram como "joint bookrunners".

Banco esteve no mercado pela primeira vez após subida de rating pela Moody's.

O rating esperado pelo banco nesta emissão é de Baa3 pela Moody's e BBB- pela Fitch, estando em ambos os casos no primeiro nível de investimento de qualidade. Aliás, a operação acontece depois de, na sexta-feira passada, a agência de notação financeira norte-americana Moody's ter elevado em um patamar a notação da dívida sénior não garantida do Novo Banco, colocando-a em Baa3 (face ao anterior Ba1), com um "outlook" positivo.

Com esta revisão, a Moody's retirou o rating da dívida do Novo Banco de nível especulativo, ou "lixo", colocando-a em nível de investimento de qualidade, depois de em novembro ter elevado a notação do mesmo tipo de dívida em dois patamares. O rating do papel comercial, de Not Prime para Prime-3, passou igualmente a nível de investimento. Já o Baseline Credit Assessment (BCA) e Adjusted BCA do Novo Banco ficaram inalterados em ba1.

Esta melhoria, a par das condições de mercado mais favoráveis, está a refletir-se no prémio pedido pelos investidores. Em fevereiro, o Novo Banco esteve também no mercado para emitir 500 milhões de euros em dívida sénior, com maturidade a quatro anos. Na altura, o juro foi fixado em 4,25% nos primeiros três anos, passando depois a uma taxa variável, que será indexada à Euribor a três meses, à qual acresce uma margem de 130 pontos-base. ■

DIA

AÇÃO

Grupo de Rupert Murdoch estuda compra da britânica Rightmove

A empresa liderada por Johan Svanstrom detém o maior portal imobiliário britânico.

A empresa australiana de imobiliário REA, detida maioritariamente pela News Corp de Rupert Murdoch, estará a considerar lançar uma oferta pública de aquisição (OPA) pela britânica Rightmove. Esta gere o maior portal de imobiliário no Reino Unido e a compra poderá resultar numa saída do índice britânico FTSE 100. O grupo confirmou que está a considerar o negócio, mas indicou que a hipótese está em aberto. ■

27,43%

Variação este ano: **27,06%**
Valor em bolsa: **5,59 mil milhões de libras esterlinas**

FRASE

"Como estes escassos meses nos mostram, não podemos contar com o ministro das Finanças, que se demitiu de exercer a sua função.

ANTÓNIO MENDONÇA MENDES
Ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais do PS

FOTO

Greve pressiona Netanyahu. Tribunal suspende ação

Em Israel, milhares de pessoas fizeram ontem greve e muitos saíram à rua para pressionar o primeiro-ministro a aceitar um acordo de cessar-fogo que permita a libertação de reféns pelo Hamas. A contestação subiu de tom depois de mais seis reféns terem sido encontrados mortos em Gaza. O tribunal do Trabalho acabou por ordenar que a greve terminasse mais cedo.

Fotografia: Atef Safadi / EPA

NÚMERO

A Câmara de Grândola diz que o novo PDM prevê reduzir camas turísticas em 40%.

EDITORIAL

DIANA RAMOS
Diretora
dianaramos@negocios.pt

O que destrói os governos

Todos os países são diferentes e todas as culturas têm elementos irrepetíveis, mas há sinais que devem ser lidos nos resultados eleitorais que assumem uma transversalidade. O abanão político na Alemanha, com a vitória nas eleições regionais da força política de extrema-direita AfD num estado do leste do país, é só mais um exemplo.

Olhemos para os Estados Unidos onde, numa fase inicial da corrida à Casa Branca, Donald Trump ganhou balanço com um discurso muito assente no fracasso da política económica de Joe Biden, na perda do poder de compra ditado pela inflação e, inevitavelmente, na imigração.

"Make America Affordable Again – Tornar a América de Novo Barata (em tradução livre)" foi, aliás, tema forte da campanha. Funciona lindamente nas redes sociais, mesmo que traduzido em realidade tal signifique uma necessária intervenção no mercado que, por norma, apenas conduz a empobrecimento. A ideia funcionou de tal forma junto do eleitorado que a própria candidata Democrata Kamala Harris avançou com uma série de propostas para uma espécie de controlo de preços.

Os números têm mostrado que não só a economia americana se tem mantido sólida e resistente, como nunca o mercado de trabalho foi tão forte como agora, sendo que boa parte dos indicadores que influenciam a inflação parecem estar controlados. Aos olhos do eleitorado, não parece ser essa a perceção que fica.

Manter tudo igual conduz os governos a uma espécie de necrose que os corrói.

No caso da Alemanha, os dados mostram que os eleitores expressaram a sua frustração com um governo que associam a uma inflação elevada, à estagnação económica, ao aumento dos custos da energia e a disputas internas, segundo uma análise do Financial Times. Junte-se-lhe a aversão ao conflito na Ucrânia e o velho tema da imigração e está feita a combinação perfeita para o crescimento da AfD.

De uma maneira ou de outra, o que boa parte dos atos eleitorais vêm demonstrando é que quanto mais se corrói o poder de compra das pessoas – ou se aprofunda essa perceção junto do eleitorado – mais ele está predisposto a votar numa lógica de protesto e antissistema.

A estratégia dos partidos de acenar apenas com a diabolização da extrema-direita é, percebemo-lo cada vez mais, ineficaz. Em sociedades mais envelhecidas, com estruturas pesadas de organização da Administração Pública e um Estado Social parado no tempo, só a introdução de reformas permitirá garantir maior bem-estar às populações. Manter tudo igual a um passado que já não é realista conduz os governos a uma espécie de necrose que lentamente os corrói. ■

#04
Ursula von der **Leyen**

Esperou até ao último momento para anunciar a recandidatura a um segundo mandato à frente da Comissão Europeia. Será a "Sr.ª Europa" em versão 2.0. Além da guerra na Ucrânia, tem pela frente a Europa politicamente mais fragmentada desde o fim da Guerra Fria.

BILHETE DE IDENTIDADE

● **Cargo:** Presidente da Comissão Europeia ● **Naturalidade:** Nasceu a 8 de outubro de 1958, em Bruxelas (Bélgica) ● **Formação:** É licenciada em Medicina (Faculdade de Hanôver, Alemanha) e doutorada em Saúde Pública ● **Anteriores cargos:** Foi ministra em todos os governos de Angela Merkel (Família, Assuntos Sociais e Defesa) e vice-presidente do CDU.

OS MAIS PODEROSOS **2024**

PORQUE DESCE

A descida de Ursula von der Leyen na lista dos "Mais Poderosos" do Negócios acontece mais por mérito de terceiros, mas também porque arrisca um segundo mandato muito mais difícil. Terá de preencher o lugar de poder que Scholz e Macron, ambos enfraquecidos, deixaram no vazio. A guerra na Ucrânia, a concorrência dos EUA e da China, o alargamento e a ascensão das forças da extrema-direita são questões que não vão facilitar os próximos cinco anos à frente da Comissão Europeia.

TABELA DE CRITÉRIOS

Critério	Estrelas
Poder da fortuna	★★☆☆☆
Rede empresarial	★★★★★
Influência política	★★★★★
Influência mediática	★★★★★
Perenidade	★★★★☆

PAULO RIBEIRO PINTO
paulopinto@negocios.pt
DIANA RAMOS
dianaramos@negocios.pt

Demorou até se apresentar a um segundo mandato à frente da Comissão Europeia. Fontes de Bruxelas contactadas pelo Negócios acreditam que foi estratégico para não desgastar um Executivo que já lidava com várias frentes de combate. "Não foi propriamente uma surpresa", comenta uma fonte que conhece bem os bastidores comunitários. Já era esperado que a alemã se apresentasse para mais cinco anos, até por uma questão de estabilidade e continuidade, tendo em conta a guerra na Ucrânia, o conflito no Médio Oriente e a incerteza do resultado das eleições nos Estados Unidos.

Mas o processo que conduziu à escolha de Von der Leyen não foi pacífico. Na primeira cimeira informal dos chefes de Estado e de governo dos 27 Estados-membros, a discussão sobre a distribuição dos cargos de topo das instituições europeias – como quase sempre acontece – emperrou o processo. Estava tudo alinhavado: o ex-primeiro-ministro português, António Costa, seria o presidente do Conselho Europeu e a estónia Kaja Kallas a chefe da diplomacia da União Europeia (UE). Mas a primeira-ministra italiana Giorgia Meloni – das poucas líderes a poder reclamar uma vitória nas eleições europeias – queixou-se da forma como o processo de escolha dos nomes tinha sido conduzido. E mesmo dentro do Partido Popular Europeu (PPE) havia quem exigisse mais cargos e de maior relevância para os seus.

A escolha acabou fechada e formalizada na cimeira de 27 e 28 de junho. Mas houve algum dramatismo. Segundo fontes diplomáticas, o primeiro-ministro da Hungria, Viktor Orbán, votou contra Von der Leyen e Kallas. Meloni absteve-se na escolha para a presidência do executivo comunitário, mas votou contra os nomes de Costa e Kallas, algo que a primeira-ministra italiana acabaria por confirmar.

Na votação já depois no Parlamento Europeu, fonte contactada pelo Negócios fala de uma "reunião estranha", lembrando que os chamados partidos de charneira – o PPE e os Socialistas e mesmo os Liberais – têm agora de lidar com outras forças políticas que podem ter comportamentos mais erráticos. O "centro político está mais enfraquecido", frisa, mesmo que o Partido Popular Europeu tenha acabado reforçado. "Foi brincar com o fogo", sublinha, antevendo uma "crise política se a Von der Leyen tivesse sido chumbada". "O acordo foi até à última", reconhece esta fonte.

A segunda vida de Von der Leyen

Quando Ursula von der Leyen foi escolhida em 2019, foi o que chamaram na altura uma "presidente acidental" – um nome totalmente saído do nada. A intervenção do Presidente francês, Emmanuel Macron, terá sido instrumental para a escolha da então ministra alemã da Defesa que nem sequer estava na "shortlist" – um processo denominado "Spit-

A guerra na Ucrânia, o alargamento, a distribuição de fundos e fontes de financiamento, os EUA e a China. Não faltam desafios para o segundo mandato.

Continua na pág. 6

OS MAIS PODEROSOS **2024**

04 URSULA VON DER LEYEN

Ainda sem Comissão formada, Von der Leyen terá agora de escolher quem terá por perto. Não conseguiu a desejada paridade no Executivo.

TEIA DE INFLUÊNCIA

Mark Rutte
O ex-primeiro-ministro dos Países Baixos foi eleito secretário-geral da NATO, substituindo Jens Stoltenberg. Vai ser crucial para reforçar os laços e a estratégia para a guerra na Ucrânia.

Jens-Alexander Flosdorff
O diretor de comunicação da presidente Von der Leyen é um dos seus confidentes e está em Bruxelas desde a primeira hora.

Xi Jinping
O conflito na Ucrânia e a guerra comercial entre os dois blocos esfriou ainda mais as relações entre os dois líderes. Já antes, a UE condenou a "mão pesada" da China sobre Hong Kong nos protestos pró--democracia.

Christine Lagarde
Alinhada com Von der Leyen na defesa do euro, a líder do BCE subiu taxas de juro para travar a inflação. Agora está na fase descendente e falta saber a velocidade do ritmo. Um abrandamento da economia da UE pode acelerar a descida.

Valdis Dombrovskis
Foi um dos vice-presidentes de Von der Leyen e teve a importante pasta da Economia. Voltou a ser proposto pela Letónia para comissário. Ainda se desconhece a pasta que vai ocupar.

Giorgia Meloni
A primeira-ministra italiana poderá tornar-se uma aliada ou uma forte opositora a Von der Leyen. Tudo vai depender da relação de forças entre ambas, sendo certo que há a tentativa de criar um "cordão sanitário" à volta das forças mais radicais.

Emmanuel Macron
Von der Leyen foi indicada pelo Presidente francês para o cargo de presidente da Comissão Europeia. Macron foi um forte aliado na gestão da pandemia e da guerra na Ucrânia. Agora está com problemas internos que lhe retiram margem de manobra em Bruxelas.

Roberta Metsola
A reeleita presidente do Parlamento Europeu é uma forte aliada da presidente da Comissão em dossiês difíceis que têm de passar em Estrasburgo.

António Costa
O presidente eleito do Conselho Europeu vai ser figura-chave na configuração dos lugares de topo da União Europeia. É conhecida a amizade com Von der Leyen e servirá para diminuir as tensões até agora com Charles Michel.

Manfred Weber
Para ser eleita, Von der Leyen precisou do apoio do PPE, que integra o seu partido (CDU). Weber pode ser um poderoso aliado, mas também dificultar a vida à presidente da Comissão.

Kaja Kallas
A futura chefe da diplomacia da União Europeia será uma importante aliada, sobretudo na gestão da guerra na Ucrânia, no conflito no Médio Oriente e nas relações com o futuro Presidente dos EUA.

Björn Seibert
É chefe de gabinete da presidente da Comissão Europeia e abandonou temporariamente as funções para gerir a campanha de Von der Leyen a um segundo mandato.

Volodymyr Zelensky
A presidente da Comissão Europeia tem estado ao lado do Presidente ucraniano desde o início. Conseguiu em poucos dias fazer aprovar o primeiro pacote de sanções à Rússia e a adesão da Ucrânia está no topo das prioridades.

Maros Sefcovic
Foi comissário para as Relações Interinstitucionais chamado para resolver problemas urgentes e assumir o Pacto Ecológico. Volta a ser a escolha da Eslováquia para integrar o novo executivo comunitário.

Olaf Scholz
O chanceler alemão é um forte aliado de Von der Leyen, mesmo que a influência não se compare à da antecessora, Angela Merkel. Os problemas internos dão, no entanto, menos margem a Scholz.

Continuação da pág. 5

zenkandidat". Não só os líderes europeus alteraram os trilhos da seleção, como quebraram uma tradição com mais de um quarto de século de escolher antigos primeiros-ministros ou Presidentes da República para o cargo. Mas a favor estava o facto de ser a primeira mulher a liderar o mais alto cargo comunitário.

Quando chegou ao Berlaymont – quartel-general do executivo comunitário – gostava de lembrar aos interlocutores que "nasceu em Bruxelas como cidadã europeia", filha de um dos primeiros funcionários da então Comunidade Económica Europeia (CEE) que viria a dar origem à atual União Europeia, tendo passado os primeiros 13 anos de vida na capital belga. E este era o "currículo europeu" que apresentava.

Talvez por essa falta de conhecimento dos meandros e cantos mais "subterrâneos" de Bruxelas, ou porque precisava de imprimir um novo um estilo, Von der Leyen introduziu algumas mudanças quando chegou a Bruxelas a começar pelas obras no 13.º andar do Berlaymont para acomodar uma espécie de aposentos pessoais que lhe permitem dormir ao lado do gabinete – literalmente.

Dos planos iniciais – que, se não houver nova catástrofe, poderão agora ser retomados em pleno – a presidente da Comissão teve de abdicar ou suspender muita coisa. Com o Pacto Ecológico Europeu à cabeça. Mas também pelo caminho ficaram outras grandes ambições: uma Europa preparada para a era digital; uma UE mais forte no mundo; a promoção do "modo de vida" europeu com a defesa do Estado de direito; ou "um novo impulso à democracia europeia", com a proteção de interferências externas ou a desinformação.

Primeiro a pandemia e depois a invasão russa da Ucrânia suspenderam as grandes ambições de Von der Leyen. Mas se dúvidas havia quanto à capacidade de liderança da alemã, estes dois acontecimentos totalmente imprevistos mostraram exatamente o contrário.

Ursula Gertrude von der Leyen nasceu em outubro de 1958 e frequentou a Escola Europeia em Uccle, na Bélgica. Abandonou a Universidade de Göttingen na Alemanha onde estudava economia na década de 1970, mudando-se para a London School of Economics depois de a família ter sido avisada de que poderia ser alvo de um ataque do grupo terrorista Baader-Meinhof. Acabou por trocar a Economia por Medicina. É mãe de sete filhos que conciliou com uma carreira política de sucesso o que lhe granjeou popularidade dentro do partido. É determinada e persistente o que lhe valeu alcunhas – algumas desagradáveis – nos vários cargos que ocupou e que contam também a história da presidente reeleita da CE.

Talvez por ter esse passado, tenha também conseguido um plano de recuperação pós-pandemia com dívida europeia – algo impensável nos anos das crises soberanas – ou uma resposta de sanções imediatas à Rússia logo nos dias a seguir à invasão da Ucrânia. Evitou, para já, uma controvérsia maior com os contratos de compra de vacinas para a covid-19 à farmacêutica Pfizer, mas o Tribunal Europeu considerou que houve falta de transparência. A Procuradoria Europeia ainda está a investigar o chamado "pfizergate" em que Von der Leyen é suspeita de ter negociado um contrato de milhões para compra de doses através de SMS com o CEO da farmacêutica.

Preencher o vazio de poder

Se a "natureza abomina o vácuo" (frase atribuída a Aristóteles), a política e a ideologia não lhes ficam atrás. E é aí que medram e se fortalecem as tendências dos espetros mais radicais da direita e da esquerda. Ursula von der Leyen está no meio desse vazio que precisa de ser preenchido.

O Presidente francês, Emmanuel Macron, e o chanceler alemão, Olaf Scholz, (a extrema-direita venceu as eleições estaduais no leste do país este fim de semana) estão politicamente fragilizados pelos maus resultados internos e é para Von der Leyen que as forças se conjugam para assumir, mais uma vez, o papel de líder europeia. Será sempre à "Sr.ª Europa", na versão 2.0, que os líderes mundiais ligarão para acertar estratégias, seja em período de paz ou de guerra.

E sem outras figuras de peso como o primeiro-ministro dos Países Baixos, Mark Rutte – nomeado para novo secretário-geral da NATO –, ou o primeiro-ministro belga, Alexander De Croo, na mesa dos 27, reforçar esse lugar central será ainda mais fácil.

Os grandes desafios continuam, no entanto, a ser a guerra na Ucrânia, a competitividade da economia da UE – com as pressões de Washington e de Pequim – e o alargamento. O primeiro objetivo de conseguir um Colégio de Comissários mais paritário caiu por terra: em 27 lugares, apenas oito são mulheres (além da própria Von der Leyen).

Mas desta vez, se tudo correr bem, Von der Leyen pode ter um aliado importante – António Costa, o presidente eleito do Conselho Europeu que toma posse no dia 1 de dezembro. São públicos os elogios mútuos e, pelo menos em teoria, não será a relação quase tóxica que existia com Charles Michel, em que, não foram poucos os episódios de desarmonia entre os líderes dos principais cargos da UE.

"Será certamente um segundo mandato mais calmo", antevê uma fonte comunitária. Mas há a questão das fontes de financiamento do orçamento comunitário e o contexto geopolítico é o mais volátil deste século. ■

MAIS UMA DESCIDA

Evolução no "ranking" de Os Mais Poderosos

Depois de ter atingido o topo do "ranking" do Negócios em 2021, com o lançamento da bazuca europeia, Von der Leyen tem vindo lentamente a perder lugares.

Fonte: Negócios

O ADMIRÁVEL MUNDO DA IA

PETER DIAMANDIS
Empresário

> **A IA irá desmaterializar, desmonetizar e democratizar todos os serviços, melhorando dramaticamente a qualidade de vida de 8 mil milhões de pessoas, aproximando-nos de um mundo de abundância.**

"O Poder de Fazer Acontecer", a conferência anual do Negócios realizada no âmbito de Os Mais Poderosos, será dedicada ao tema da inteligência artificial.

CLASSIFICAÇÃO 2024

Posição	Nome
1.º	
2.º	
3.º	
4.º	Ursula von der Leyen
5.º	Luís Montenegro
6.º	Paulo Macedo
7.º	Joe Biden
8.º	Pedro Soares dos Santos
9.º	Cláudia Azevedo
10.º	Xi Jinping
11.º	Miguel Stilwell
12.º	Paula Amorim
13.º	António Rios Amorim
14.º	Miguel Maya
15.º	Paulo Fernandes
16.º	Mário Centeno
17.º	Pedro Castro e Almeida
18.º	Giorgia Melloni
19.º	Olaf Scholz
20.º	Salvador de Mello
21.º	Emmanuel Macron
22.º	Fernando Campos Nunes
23.º	Dionísio Pestana
24.º	João Lourenço
25.º	José Luís Arnaut
26.º	Carlos Mota dos Santos
27.º	Luís Marques Mendes
28.º	João Pedro O. Costa
29.º	Pires de Lima
30.º	Miguel Almeida
31.º	Carlos Tavares
32.º	Ana Figueiredo
33.º	Vladimir Putin
34.º	Sam Altman
35.º	Luís Amaral
36.º	António Portela
37.º	Pinto Balsemão
38.º	António Horta Osório
39.º	João Vieira de Almeida
40.º	Rui Miguel Nabeiro
41.º	Pedro Reis
42.º	Ricardo Pires
43.º	José Teixeira
44.º	Leonor Beleza
45.º	Nuno Sebastião
46.º	Joaquim Miranda Sarmento
47.º	José Cardoso Botelho
48.º	Luís Laginha de Sousa
49.º	Carlos Moedas
50.º	Paulo Rangel

ECONOMIA

Filipe Amorim /Lusa

Para a preparação do OE 2025, o Governo conta com menor pressão na subida de gastos com juros, e também nas pensões, onde o aumento de despesa será menos de metade do de 2024.

ORÇAMENTO DO ESTADO

Governo vê custo com juros da dívida abrandar em 2025

Para o próximo ano, o serviço da dívida pública deverá ter um agravamento de apenas 300 milhões de euros. Também os custos com pensões – maior fator de pressão na despesa pública neste ano – irão perder ritmo com a descida da inflação e a perda de força do PIB.

SUSANA PAULA
susanapaula@negocios.pt
MARIA CAETANO
mariacaetano@negocios.pt

Na preparação da proposta de Orçamento do Estado (OE) para 2025, o Governo prevê que a despesa pública com juros da dívida cresça menos do que no ano passado, travando a tendência recente de agravamento.

No Quadro de Políticas Invariantes (QPI) para 2025, um documento remetido ao Parlamento onde o Governo revela as variações de despesa e de alguma receita que decorrem da legislação já em vigor (isto é, mesmo sem que sejam tomadas novas medidas), o Ministério das Finanças estima que a despesa pública com juros aumente 300 milhões de euros em 2025 face a este ano.

Esta subida representa, no entanto, um abrandamento face aos dois anos anteriores. Recorde-se que no QPI para 2023, e após o agravamento da política monetária do Banco Central Europeu, esperava-se (e verificou-se, depois) um aumento dos encargos com a dívida, pondo fim a um período de quase 10 anos de reduções significativas da despesa pública com juros. Em 2023, o acréscimo dos encargos foi de 591 milhões de euros. Nesse ano, a despesa com a dívida pública totalizou 5.751 milhões de euros e subiu de 1,9% para 2,2% do PIB. Em 2024, a despesa com juros disparou face ao ano anterior. No QPI para 2024, o anterior Governo antecipava inicialmente um aumento desta despesa em 1.002 milhões de euros, acabando por inscrever afinal 602 milhões na apresentação da proposta de Orçamento (para 6.270 milhões de euros). O acréscimo punha os encargos com os juros a valer 2,3% do PIB (segundo as estimativas oficiais mais recentes remetidas a Bruxelas). Os valores deste ano são provisórios.

Agora a perspetiva do ministério tutelado por Joaquim Miranda Sarmento é de que a despesa com juros da dívida continue a subir, mas menos. Em 2025 serão

300

SUBIDA
Segundo o Ministério das Finanças, a despesa com juros subirá 300 milhões de euros em 2025. É o menor aumento esperado em três anos.

mais 300 milhões de euros a somar ao total deste ano, colocando os encargos da dívida nos 6.570 milhões. E embora a despesa com juros suba, o valor em percentagem do PIB deve manter-se inalterado nos 2,3%, o que sinaliza uma eventual maior margem do Governo para o desenho do orçamento do que no ano passado. Isto considerando a estimativa de crescimento nominal de 4,5% para o PIB que o executivo inscreveu no Programa de Estabilidade (ainda não há previsão oficial para o valor nominal do PIB para o próximo ano). Aliás, segundo a nota a investidores divulgada em agosto pelo IGCP, a agência que gere a dívida pública, essa é a estimativa do peso dos juros da dívida no PIB português em 2025 – mas também até 2027.

Em 2023, o custo da dívida pública agravou-se. Com o país a financiar-se a taxas de juro mais elevadas, em linha com a tendência por todo o mercado obrigacionista, o juro médio do "stock" da dívida fixou-se em 2% em 2023, acima dos 1,7% do ano anterior. Mas a subida foi mais acentuada na emissão da nova dívida, com o juro a fixar-se nos 3,5%. Este ano, os dados do IGCP apontam para uma ligeira redução (para 3,4% na nova emissão) e os dados do mercado secundário sinalizam também uma descida das "yields" da dívida portuguesa.

Para o próximo ano, e com a expectativa de que o BCE alivie a sua política monetária – parando a subida dos juros, ou mesmo reduzindo-os –, diminui também o custo do financiamento dos países. Ou seja, é expectável que a nova dívida tenha um juro mais baixo. Ao mesmo tempo, em 2023 Portugal reembolsou a dívida mais cara que tinha (emitida antes da troika), o que significa que o "stock" também não custa tanto.

Menor subida nas pensões

Outra das despesas que terão um forte abrandamento no próximo ano é a das pensões, que têm sido o principal fator de pressão na evolução da despesa pública neste ano. A previsão de aumento de gastos com pensões para 2025 incluída no documento enviado ao Parlamento representa menos de metade do aumento de despesa projetado para 2024, ano de atualizações de até 6% para as pensões mais baixas.

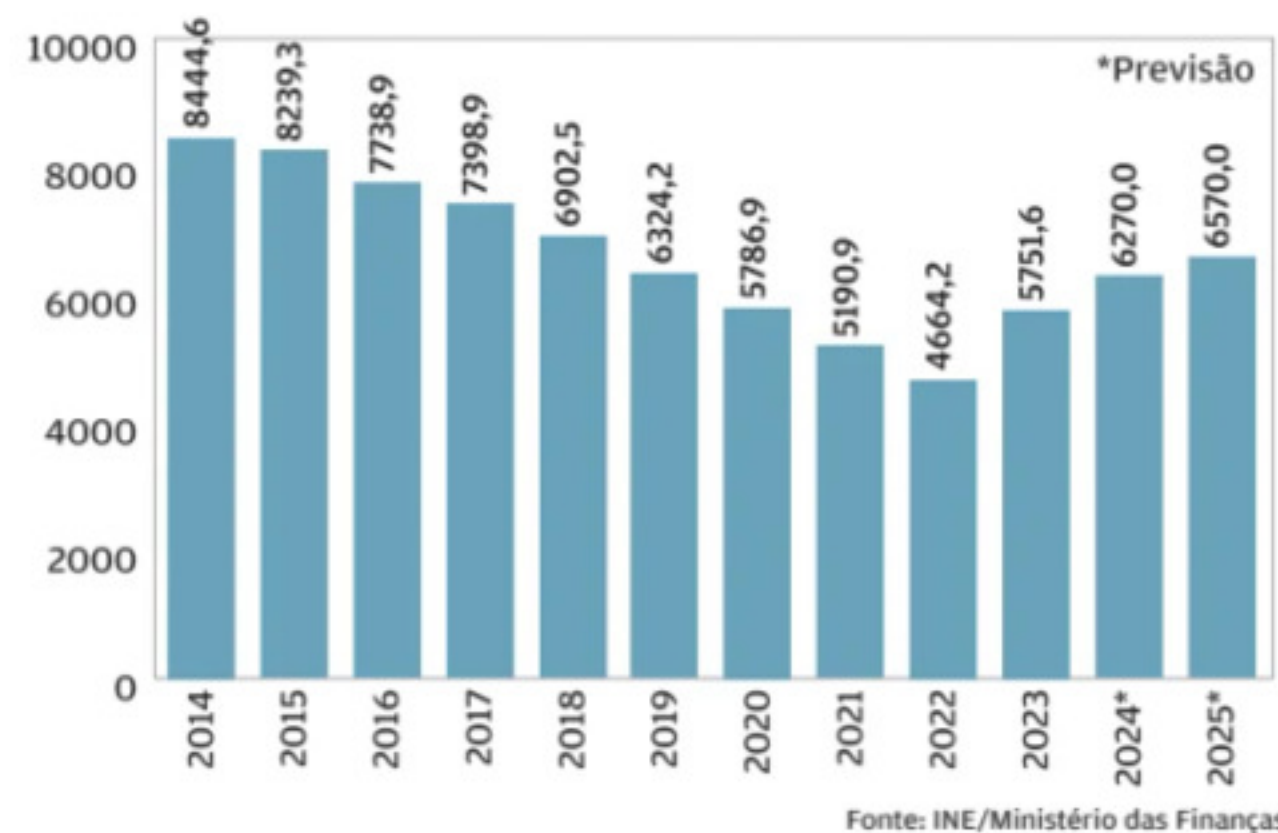
O Ministério das Finanças faz contas a 1.033 milhões de euros de aumento de gastos na nova atualização de pensões que ocorrerá em janeiro, e que o Governo já garantiu que será feita de acordo com a lei, e a mais 477 milhões de euros de subida em resultado da evolução do número de pensionistas e dos valores médios de pensões.

Já na preparação do Orçamento para 2024, previa-se mais 1.790 milhões de euros de despesa com a atualização das pensões, 310 milhões por efeito de subida de pensionistas e valores médios, e ainda um impacto adicional de 499 milhões de euros, refletindo o efeito de "carry-over" sobre a primeira metade do ano da atualização faseada de pensões ocorrida em 2023 (em janeiro e julho).

Em 2025, a inflação mais baixa e o abrandamento da economia irão ditar já uma atualização bastante inferior para os pensionistas. Desde logo, a média de crescimento do PIB nos últimos dois anos estava, no final do segundo trimestre, no limiar de não garantir qualquer bónus sobre a compensação da inflação, nos 2,05%. Abaixo de 2% de crescimento médio, as pensões mais baixas limitam-se a acompanhar a inflação e, nos valores mais elevados, há atualização abaixo da inflação. Já a inflação média a 12 meses, sem habitação, estava em julho em 2,32% (o valor que serviu de referência à atualização de 2024 foi de 5%). ■

CUSTO ANUAL DA DÍVIDA CRESCE MENOS

Evolução da despesa pública com juros e previsões para 2024 e 2025, em milhões de euros

Após a forte ascensão de gastos com juros em 2023 e neste ano, o Ministério das Finanças está apontar para uma inversão no ritmo das subidas, que abranda. Os dados já enviados ao Parlamento, na antecâmara da apresentação da proposta de Orçamento do Estado para 2025, apontam para apenas mais 300 milhões na despesa para suportar a dívida.

Fonte: INE/Ministério das Finanças

JURO MÉDIO DE NOVAS EMISSÕES DESCE

Custo médio da nova dívida emitida e custo médio do "stock" da dívida, em percentagem

A agência responsável pela gestão da dívida pública, o IGCP, registou até agora uma quebra ligeira nos custos médios com a emissão de nova dívida, de 3,5% para 3,4%. Não são apresentadas previsões para a evolução dos juros médios do conjunto da dívida pública neste ano. Em 2023, houve um aumento de 1,7% para 2%.

Fonte: IGCP

PS frisa condições. Governo diz que ainda há tempo para negociar

Ainda não há data para retomar negociações do Orçamento do Estado (OE) 2025, mas Governo e oposição já deram o pontapé de saída.

Setembro é o mês da rentrée política e da preparação final da proposta de Orçamento do Estado a apresentar à Assembleia da República. Sem maioria absoluta no Parlamento, o Governo abriu a porta à negociação e em julho reuniu-se com os partidos com assento parlamentar para procurar aproximações que permitam que o OE seja aprovado.

Ora, se em julho a primeira parte das negociações foi mais suave, o jogo, agora, começa a aquecer. Tendo em conta que os deputados do PSD e CDS são apenas 80, para conseguir aprovar o OE 2025, o Governo da AD precisa de uma abstenção dos 78 deputados do PS ou de um voto favorável dos 50 deputados do Chega.

O secretário-geral do Partido Socialista, Pedro Nuno Santos, reiterou no domingo as linhas vermelhas do partido. A primeira condição é receber o quadro plurianual de despesas públicas (que normalmente acompanha as Grandes Opções do Plano). Sem essa informação, considera, "não é possível avaliar seriamente uma proposta orçamental".

Depois, Pedro Nuno Santos afirmou que o PS "nunca viabilizará um Orçamento do Estado que inclua ou tenha como pressuposto os regimes para o IRS [Jovem] e IRC que deram entrada na Assembleia da República". Mais: defendeu que se estas propostas forem aprovadas com Chega e a Iniciativa Liberal é com esses partidos que o Governo deverá aprovar o Orçamento do Estado para o próximo ano.

Só que, dois dias antes, o presidente do Chega, André Ventura, já tinha dito que o partido vai retirar-se das negociações do OE para 2025 e que "com toda a probabilidade votará contra" o documento, garantindo que "nada" o fará "mudar de ideias". O líder do Chega indicou que esta decisão "é irrevogável" e instou o Governo a negociar com o PS, manifestando esperança de que possam concluir "as negociações com sucesso".

No entanto, o primeiro-ministro Luís Montenegro não parece, para já, preocupado. Considerou que ainda há tempo para negociar o OE, atirou críticas de irresponsabilidade para os partidos da oposição e defendeu que os portugueses querem a aprovação do documento.

"A minha convicção é que, neste momento, o país está com o Governo, aquilo que nós não sabemos é se a oposição vai estar com o país", disse.

O documento tem de ser entregue à Assembleia da República até 10 de outubro. ■ SP com LUSA

O país está com o Governo, não sabemos se a oposição vai estar com o país.

LUÍS MONTENEGRO
Primeiro-ministro

Se IRC e IRS forem aprovados com IL e Chega, é com esses partidos que o OE deve ser aprovado.

PEDRO NUNO SANTOS
Secretário-geral do PS

FUNDOS EUROPEUS

Bruxelas recusa responsabilidade por atrasos na execução dos PRR

Tribunal de Contas Europeu diz que a Comissão Europeia assume a "responsabilidade final" por atrasos na execução da bazuca. Executivo comunitário rejeita e diz que tarefa cabe aos Estados-membros. Passa-culpas surge após publicação de relatório sobre absorção dos PRR.

JOANA ALMEIDA
joanaalmeida@negocios.pt

Um relatório do Tribunal de Contas Europeu (TCE) veio confirmar esta segunda-feira os receios já levantados por alguns Estados-membros. O acumular de atrasos na execução dos Planos de Recuperação e Resiliência (PRR) dos 27 ameaça a absorção total de verbas. Mas será a culpa só dos Estados-membros? O auditor europeu diz que não e aponta o dedo também à Comissão Europeia, mas esta afasta qualquer responsabilidade.

No relatório em causa, o TCE analisa a absorção de fundos do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR), onde se incluem os PRR de todos os Estados-membros, e reconhece que "existe um risco para a absorção dos fundos" devido ao "efeito cumulativo" das "dificuldades e atrasos" enfrentados a nível europeu no cumprimento dos marcos e metas acordados com Bruxelas, associados a reformas e investimentos.

"Embora a Comissão tenha acompanhado os progressos mantendo contactos regulares com os Estados-membros, não lhes solicitou sistematicamente informações sobre as medidas tomadas para eliminar os atrasos que comunicaram, apesar de executar o MRR em regime de gestão direta e assumir a responsabilidade final", indica o TCE, responsabilizando não só os Estados-membros, mas também o executivo comunitário por esses atrasos.

A entidade sediada no Luxemburgo nota que o número de marcos e metas a alcançar pelos 27 Estados-membros "não está repartido uniformemente ao longo do período de execução do MRR". Para a primeira metade do calendário, foi pensada a realização de "apenas 28%" das 6.234 metas e marcos que os Estados-membros têm a cumprir e, nessa primeira metade, já foram registados atrasos nos pedidos de pagamento, que fazem derrapar a chegada dos milhões dos PRR à economia.

Olivier Hoslet/reuters

Na primeira metade do prazo para executar o PRR foi cumprido apenas 30% do planeado, avisa o TCE.

> **[A Comissão Europeia] não solicitou aos Estados-membros informações sobre as medidas tomadas para eliminar os atrasos, apesar assumir a responsabilidade final.**
> TRIBUNAL DE CONTAS EUROPEU

Além disso, o TCE nota que a maioria dos Estados-membros decidiu começar por implementar reformas, quando são os investimentos, especialmente em infraestruturas, que tendem a ser de natureza mais complexa e "mais sensíveis a atrasos causados por circunstâncias externas". "Assim, é provável que o diferimento dos investimentos agrave ainda mais o risco de atrasos e de abrandamento da absorção", avisa.

Acresce ainda que, num inquérito feito às entidades de cada Estados-membros que coordenam a execução do PRR em termos nacionais, a esmagadora maioria considera que é pouco provável que todos os marcos e as metas, associados a investimentos e reformas, sejam alcançados até 2027, data prevista para a conclusão da implementação dos PRR.

Em resposta ao relatório, a Comissão Europeia lava as mãos em relação aos atrasos e argumenta que "os PRR são executados pelos Estados-membros". "Embora a Comissão tenha reiteradamente incentivado os Estados-membros a assegurar uma execução atempada, incluindo no último pacote da primavera do Semestre Europeu, é prerrogativa destes decidir como executar o respetivo PRR e quando apresentar um pedido de pagamento", refere.

O executivo comunitário recorda que os Estados-membros podem apresentar até dois pedidos de pagamento por ano, com base no cumprimento de um conjunto de metas e marcos acordados, e afirma que facultou orientações e tem colaborado regularmente com todos os países para assegurar "a correta execução" de fundos. Para salvar os projetos em risco, a Comissão Europeia já fez saber também que os países vão poder apresentar uma reprogramação dos investimentos em 2025. Salienta ainda que "um atraso na apresentação dos pedidos de pagamento em comparação com o calendário indicativo não se traduz necessariamente num atraso no que respeita aos progressos na execução".

Até ao final de 2023, estava prevista a apresentação de 104 pedidos de pagamento de subvenções e empréstimos do PRR por parte dos Estados-membros, mas só 70% dos pedidos cumpriam o prazo. Portugal foi um dos países a cumprir, a par da Alemanha, Itália, Croácia, Dinamarca, Letónia, Eslováquia, Chéquia e Malta. Porém, o acordo de operacionalização de cada PRR previa um calendário indicativo que derrapou em todos os países. ■

> **É importante recordar que os PRR são executados pelos Estados-membros. Embora a Comissão tenha reiteradamente incentivado uma execução atempada, é prerrogativa destes decidir como executar o respetivo PRR.**
> COMISSÃO EUROPEIA

Publicidade

ECONOMIA

ALEMANHA

Após desaire regional, Scholz quer AfD isolada

Chanceler alemão apelou à manutenção do cordão sanitário à extrema-direita, que obteve a primeira vitória em eleições regionais na Turíngia. CDU ainda poderá governar neste estado, e espera-se impacto limitado.

MARIA CAETANO*
mariacaetano@negocios.pt

Lisi Niesner/Reuters

A AfD exige ter parte nas negociações para os novos governos estaduais.

Após o desaire que já era antecipado para os partido da coligação que governa na Alemanha nas eleições regionais dos estados da Turíngia e Saxónia, Olaf Scholz, o chanceler alemão apelou ontem a que os partidos democráticos do país mantenham a Alternativa para a Alemanha (AfD) isolada.

"Todos os partidos democráticos são agora chamados a formar governos estáveis sem extremista de direita", defendeu o líder do governo federal, perante resultados que classificou como "amargos" e "preocupantes", de acordo com as agências de notícias internacionais.

Nas eleições regionais cujos resultados foram conhecidos nesta segunda-feira, a AfD alcançou a primeira vitória de um partido de extrema-direita em eleições estaduais desde a II Guerra Mundial, obtendo 32,8% dos votos nos dados preliminares. Já na Saxónia, os democratas-cristãos da CDU (31,9%) – na oposição – terão sido os mais votados, mas o partido de extrema-direita ficou a pouca distância, com 30,6% da votação nos resultados preliminares.

O partido social-democrata (SPD) de Scholz terá ficado pelos 6,1% da votação na Turíngia e 7,3% na Saxónia. Os Verdes alemães, que também integram a coligação que governa na Alemanha, terão tido votações de 3,2% e 5,1%, respetivamente.

Perante estes resultados, os líderes da AfD exigiram ontem ser incluídos nas negociações para coligações nos dois estados. A CDU deverá pelo menos liderar na Saxónia, podendo haver maiores dificuldades no parlamento estadual da Turíngia.

Os analistas projetam que o resultado mais provável neste estado seja o de um governo minoritário liderado pela CDU, provavelmente com algum apoio da BSW, a recém-formada Aliança Sahra Wagenknecht, vista como esquerda populista, e eventualmente também com o apoio da AfD.

O impacto de uma governação com influência da AfD nestes dois estados, porém, poderá ser limitado. "Não esperamos que estas eleições regionais causem o colapso do governo federal ou alterem o destino económico (atualmente debilitado) da Alemanha", analisava o banco de investimento alemão Berenberg numa nota publicada ontem.

Do ponto de vista económico, Turíngia e Saxónia são dois estados de leste com pouco peso no país e populações relativamente pequenas (2,1 e 4,1 milhões de habitantes, respetivamente). Os poderes conferidos a estes estados são também de natureza limitada (em áreas como educação e segurança), com menor impacto do ponto de vista macroeconómico, indicou também o economista Saloman Fiedler, na mesma nota.

Os governos estaduais também participam na feitura de legislação federal, mas sem que s atuais resultados alterem para já o equilíbrio de forças partidárias nesse domínio.

O próximo teste à coligação que governa a Alemanha – SPD, Verdes e liberais do FDP – será a 22 de setembro, nas eleições regionais de Brandeburgo. ■

*Com **AGÊNCIAS**

Os resultados das eleições de domingo também são amargos para nós. (...) A AfD está a prejudicar ´ a Alemanha.

OLAF SCHOLZ
Chanceler alemão

POLÍTICA MONETÁRIA

Impacto de eventual recessão divide BCE em vésperas de reunião

As divergências entre os responsáveis do Banco Central Europeu sobre as perspetivas de crescimento da Zona Euro são cada vez maiores o que, segundo a agência Reuters, poderá ser um fator importante na hora de decisão sobre novos cortes nas taxas de juro. De acordo com a agência de notícias, alguns temem uma recessão no bloco da moeda única, outros estarão mais preocupados com as pressões inflacionistas que ainda persistem.

O debate estará a concentrar-se na forma como um estado mais precário da economia da Zona Euro e uma potencial recessão terão impacto na evolução dos preços e no caminho do BCE para reduzir a inflação para 2% até ao final do próximo ano.

Em causa estão duas visões quase antagónicas entre os chamados "falcões" e "pombas" do BCE. Os primeiros acreditam que a economia está a aguentar-se melhor do que os indicadores avançados anteveem, como o consumo a conseguir resistir bem e o setor da construção finalmente a recuperar. Do lado oposto estão as "pombas" que defendem uma política monetária menos agressiva que ajude a economia a resistir a uma queda na atividade, temendo-se uma travagem a fundo no segundo semestre do ano.

A questão está, portanto, em saber o ritmo de corte nas taxas de juro, mesmo com a Alemanha – o motor económico europeu – a entrar em contração no segundo trimestre, podendo estar a caminho de uma recessão.

A informação avançada agora pela Reuters é conhecida em vésperas do BCE ter a primeira reunião de política monetária depois do verão, na sexta-feira da próxima semana, dia 12. ■

NEGÓCIOS

MÉDIO ORIENTE

Londres limita exportação de armas para Israel

O Reino Unido vai suspender de imediato a licença de venda de 30 de 350 armas para Israel, anunciou esta segunda-feira o ministro britânico dos Negócios Estrangeiros, David Lammy. O governante garantiu, no entanto, que não se trata de um embargo.

A justificar esta decisão está uma avaliação realizada pelo Governo britânico sobre possíveis violações do direito humanitário internacional por parte de Israel na ofensiva na Faixa de Gaza. Nesta fase, foram suspensas licenças de vendas de 30 itens, incluindo de componentes para aviões militares.

Perante os deputados, Lammy disse ter concluído que existia um risco claro de alguns itens exportados para Israel serem utilizados em violações graves do direito humanitário internacional.

De acordo com o Financial Times, esta decisão representa uma intensificação significativa na pressão exercida sobre Israel na resposta ao Hamas em Gaza. Já o Presidente norte-americano acusou o primeiro-ministro israelita, Benjamin Netanyahu, de não estar a fazer o suficiente para conseguir um acordo de libertação dos reféns em Gaza. ■ **PRP**

ECONOMIA

Governo chinês "furioso" com ausência de Lourenço

CELSO FILIPE
Diretor adjunto
cfilipe@negocios.pt

Em março, o Presidente de Angola aceitou o convite para participar no Fórum de Cooperação China-África que se está a realizar em Pequim. Sete meses depois mudou de planos e enviou o ministro das Relações Exteriores em seu lugar.

As relações entre a China e Angola continuam a esfriar. Agora, João Lourenço trocou as voltas ao Governo chinês e enviou o ministro das Relações Exteriores, Téte António, ao Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), que se realiza entre 4 e 6 de setembro em Pequim.

As autoridades chinesas contavam com a presença de João Lourenço e foram surpreendidas com a decisão do chefe de Estado de delegar a presença institucional de Angola neste fórum no ministro das Relações Exteriores. "Não era isso que estava previsto e os chineses estão furiosos", adianta ao Negócios fonte conhecedora do processo.

João Lourenço visitou a China em março deste ano e, nessa ocasião, encontrou-se com o seu homólogo Xi Jinping. Segundo o que o próprio Jornal de Angola noticiou na altura, aceitou o convite que lhe foi então endereçado para participar no FOCAC. Sete meses volvidos, deu o dito por não dito e enviou Téte António a Pequim.

Em contrapartida, marcam presença na FOCAC os presidentes da África do Sul, Cyril Ramaphosa, e da República Democrática do Congo, Félix Tshisekedi, entre muitos outros

A dependência económica de Angola face à China, no plano teórico, justificaria uma participação ao mais alto nível, mas as relações bilaterais têm-se vindo a deteriorar, sobretudo depois da aproximação de João Lourenço aos Estados Unidos e de Pequim não ter suavizado os prazos e os montantes do pagamento da dívida de Angola à China.

Além disso, os chineses estão a incentivar a construção de infraestruturas concorrentes ao corredor do Lobito, uma opção que desagrada a Luanda.

Xinhua/EPA

Xi Jinping e João Lourenço encontraram-se em março deste ano em Pequim.

Factos relevantes

- As trocas comerciais entre a China e os países africanos lusófonos subiram, em média, 22% no primeiro semestre deste ano, para 12,3 mil milhões de euros.
- O FOCAC, diz a China, é guiado por 5 princípios: igualdade e benefício mútuo, diversidade em forma e conteúdo, ênfase nos resultados, busca de progresso comum e acordo amigável de diferenças.

Angola, segundo dados divulgados esta segunda-feira pela agência Lusa, é o maior parceiro económico da China na África subsariana, tendo recebido entre 2000 e 2002 mais de 45 mil milhões de dólares (40,2 mil milhões de euros) em empréstimos e financiamentos do país asiático para 258 projetos, principalmente na energia e transportes.

Já a dívida de Angola à China equivale a cerca de 40% de toda a dívida externa, num montante a rondar os 17 mil milhões de dólares, adiantou no início do verão a ministra das Finanças, Vera Daves de Sousa.

Duas versões sobre a mesma dívida

No rescaldo da visita à China, em março passado, João Lourenço afirmou ter conseguido "desbloquear" em grande medida os "constrangimentos apresentados por Angola relativamente aos compromissos com bancos e instituições credoras chinesas" e anunciou que tinham sido negociadas "medidas de alívio que não prejudicam os interesses de nenhuma das partes".

Todavia, os chineses acabaram por dizer o contrário, afastando qualquer renegociação da dívida. Para piorar as coisas, ao que consta, Xi Jinping terá mesmo um "puxão de orelhas" a Lourenço precisamente a propósito do dossiê da dívida.

Uma das interrogações que se coloca nas relações entre a China e os países africanos tem precisamente a ver com os contornos dos empréstimos realizados por Pequim.

Jacques Nell, diretor da consultora Oxford Economics, citado pela agência Lusa, lembra as críticas por causa da confidencialidade dos contratos financeiros.

Estes contratos, sublinha a agência, dão azo a especulações sobre as condições prejudiciais e fomentam a ideia de uma "armadilha da dívida", em que os fluxos financeiros eram acompanhados de influência geopolítica e económica nesses países e de represálias duras em caso de incumprimento financeiro.

"As cláusulas de confidencialidade introduzem alguma incerteza sobre as modalidades do alívio da dívida, especialmente porque já há vários processos de reestruturação em curso, o que demonstra a dualidade do papel da China em África – por um lado, os chineses oferecem alívio da dívida e fazem investimentos, o que é muito necessário, mas por outro lado os termos da maior parte dos negócios estão envoltos em secretismo, o que só por si é criticável", conclui Jacques Nell.

Esta edição do FOCAC, subordinada ao tema "Unir as Mãos para avançar a modernização e construir uma comunidade de alto nível sino-africana com um futuro partilhado", apresenta-se como "uma plataforma para um diálogo coletivo, unindo a China com a Comissão da União Africana e com os 53 países africanos que mantêm relações diplomáticas com a China", enfatiza o ministro dos Negócios Estrangeiros chinês, Wang Yi. ■

AVIAÇÃO

Proposta da Lufthansa "protege o 'hub' de Lisboa"

A confirmar-se a proposta da Lufthansa, ela protege o "hub" de Lisboa contra o de Madrid, acredita o especialista Rui Quadros. O docente enfatiza que a empresa alemã pode estar a "testar as águas" com a intenção de ter uma posição maior. Presença do CEO em Lisboa muda o cenário, acreditam fontes do setor.

HUGO NEUTEL
hugoneutel@negocios.pt
MARIA JOÃO BABO
mbabo@negocios.pt

A privatização da TAP ganhou novo fôlego na manhã desta segunda-feira, acreditam fontes conhecedoras contactadas pelo Negócios. Ontem foi o dia em que a Lufthansa manifestou, ao mais alto nível, interesse na compra de uma participação na companhia aérea portuguesa. Além disso, a proposta alemã pode, a confirmar-se, proteger o "hub" de Lisboa contra a concorrência de Madrid e, por outro lado, ser um primeiro passo num processo maior.

"A Lufthansa, com estes 20%, vai testar águas e perceber o funcionamento da empresa, e se calhar de hoje para amanhã melhorar [essa posição]", considera Rui Quadros, docente do Instituto Superior de Educação e Ciências (ISEC). "Mas não acho que sejam só 20%", acrescenta o especialista em gestão aeronáutica em entrevista ao Negócios, explicando que "se as coisas correrem bem vai evoluir para ter maioria e mandar". "A Lufthansa não vai entrar na TAP para ser um mero espectador e fazer 'codeshares'", sublinha.

A confirmarem-se os termos da proposta avançados na imprensa italiana – a aquisição de 19,9% da TAP por 180 a 200 milhões de euros –, eles podem também ser positivos para a TAP, entende o também antigo gestor da Iberia e da Sata, dado que um acordo para a venda de uma participação minoritária consegue "proteger o 'hub' de Lisboa, porque se a Lufthansa entrar com 20%, obviamente que os outros [interessados] não entram. E se os outros não entram, é uma forma de proteger o 'hub' de Lisboa contra Madrid", enfatiza.

Encontro ao mais alto nível

O CEO da Lufthansa, Carsten Spohr, e outros quatro altos responsáveis da transportadora aérea sinalizaram esta segunda-feira de manhã ao Governo português que a companhia alemã está realmente interessada na privatização na TAP, independentemente do modelo que vier a ser definido para a operação.

O Negócios sabe que na reunião realizada a pedido da Lufthansa, em que estiveram os ministros das Finanças e das Infraestruturas, o grupo alemão justificou o seu interesse na transportadora aérea portuguesa com o objetivo de crescer no hemisfério sul, designadamente nas rotas para a América Latina e África, e nas ligações para o Mediterrâneo. A companhia germânica, que quis ainda salientar a sua experiência na gestão de "hubs", é hoje muito forte nos voos para o Norte da Europa e Estados Unidos.

E dadas as características das redes de cada um dos interessados, uma venda à Lufthansa deverá mesmo ser, do ponto de vista operacional, a mais vantajosa. As redes da TAP e da Lufthansa "são as que se complementam melhor, faz todo o sentido", diz ao Negócios uma fonte do setor, acrescentando que essa é a única forma de garantir que a TAP continua a criar valor.

O Negócios sabe que o Executivo explicou ao grupo alemão que o modelo da privatização da TAP não está fechado, estando ainda por definir a percentagem do capital a alienar e o tipo de operação de venda. O calendário do Executivo aponta, de forma indicativa, para o primeiro trimestre do próximo ano.

Nesta reunião não foram discutidos pormenores, quer de valores quer de modelos. A companhia alemã também não indicou qualquer percentagem concreta do capital da TAP que pretenda adquirir, nem os 19,9% que foram avançados este domingo pelo Corriere Della Sera.

Já o Governo reafirmou aos principais responsáveis da empresa que os critérios da operação estão definidos e passam pela manutenção do "hub" de Lisboa e pelo encaixe financeiro, tendo ainda apresentado o projeto e o calendário para o novo aeroporto em Alcochete.

Não estão, para já, agendadas novas reuniões, nem com a Lufthansa bem com os outros interessados, mas a intenção do Governo será ouvir todos.

Rui Quadros entende que, ao aceitar esta reunião com a Lufthansa, o Governo "não fica mal na fotografia porque pode dizer que é uma companhia idónea".

O Negócios contactou os dois ministérios, mas não obteve resposta, tendo obtido igual resultado no contacto feito com a TAP.

Proposta encaixa no contexto político

Os termos da proposta da Lufthansa são confortáveis do ponto de vista político, acredita uma fonte ouvida pelo Negócios, segundo a qual o Governo poderá estar, dado o contexto, perante uma situação ideal. É que o PS, através do secretário-geral Pedro Nuno Santos, prefere ver o Estado a controlar a companhia, sendo contra a venda de uma posição maioritária. Embora por motivos diversos, esta posição é semelhante à do Chega. Os dois partidos podem vir a ser centrais no processo, dado que a sua não oposição a uma venda pode ser fundamental. ■

O calendário do Governo para a privatização da TAP aponta, de forma

Se as coisas correrem bem, [a proposta] vai evoluir para ter maioria e mandar. A Lufthansa não vai entrar na TAP para ser um mero espectador e fazer 'codehares'.

Se a Lufthansa entrar com 20%, os outros [interessados] não entram. E se os outros não entram, é uma forma de proteger o 'hub' de Lisboa contra o de Madrid.

RUI QUADROS
Docente do ISEC e especialista em gestão aeronáutica

Os três interessados na sigla que queima governantes

A TAP já foi pública, tornou-se privada e novamente do Estado. O processo de venda da companhia que já fez cair um ministro pode entregá-la a um de três gigantes europeus.

Miguel Baltazar

indicativa, para o primeiro trimestre do próximo ano.

Nos últimos anos, as polémicas em torno da TAP fizeram cair uma secretária de Estado, um ministro – hoje secretário-geral do PS – e uma CEO da companhia. A transportadora aérea esteve, durante algum tempo, no centro do debate político devido a casos sucessivos – que chegaram a incluir relatos de agressões em instalações do Governo e desentendimentos graves entre um assessor e a equipa ministerial, já João Galamba tinha assumido a pasta depois da saída de Pedro Nuno Santos.

Entre avanços e recuos – a TAP já foi pública, já foi privada e tornou-se novamente propriedade dos contribuintes depois de ser renacionalizada – o processo da venda parece avançar.

"O facto de o CEO da Lufthansa vir cá muda tudo", diz ao Negócios fonte do mercado, sinalizando a importância e simbologia do momento. A companhia alemã é uma das três gigantes europeias interessadas na compra da transportadora nacional – as outras são a Air France-KLM e a IAG, dona da Iberia e British Airways.

Consolidação na Europa

A eventual compra da TAP por uma destas três companhias entronca numa lógica de consolidação: em julho a Comissão Europeia aprovou a compra, pela Lufthansa, de 41% da italiana ITA, embora tenha condicionado a operação ao cumprimento de "remédios" por temer restrições à concorrência e preços mais altos. O Governo italiano detém a totalidade da empresa e vai alienar aquela parcela ao grupo alemão por 325 milhões de euros. A ITA foi criada em 2020 e sucedeu à Alitalia, que fechou portas ao fim de sete décadas de atividade e depois de várias tentativas falhadas de recuperação.

Há semanas a Air France-KLM anunciou a conclusão da compra de 19,9% da escandinava SAS por cerca de mil milhões.

Já a IAG desistiu recentemente, da compra de 80% da Air Europa. O negócio teria valido cerca de 400 milhões.

Dois compradores com contas no vermelho

Dos três grupos interessados na aquisição de uma posição na TAP, dois estão a percorrer uma rota de prejuízos.

A Lufthansa registou um resultado negativo de 265 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2024, que comparam com um lucro de 414 milhões no período homólogo.

Já a Air France-KLM teve um prejuízo de 314 milhões de janeiro a junho, que justificou com o aumento do preço do combustível e a realização dos Jogos Olímpicos em Paris, que levaram a uma redução das ligações aéreas para a capital francesa – grande parte dos potenciais turistas evitaram a deslocação e os franceses também se deslocaram menos.

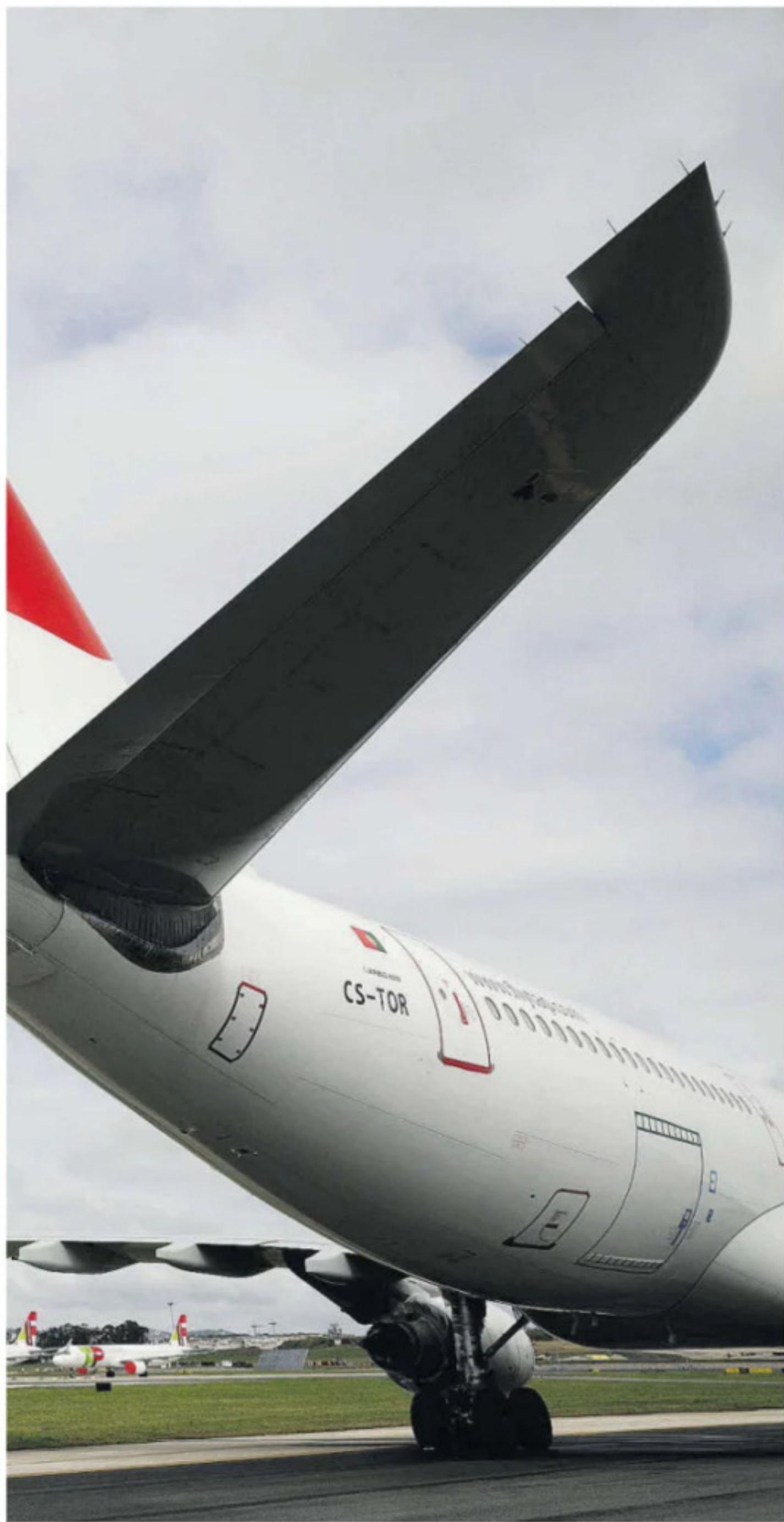
A IAG segue em sentido oposto: anunciou o regresso ao pagamento de dividendos após registar, no primeiro semestre, um resultado operacional superior a 1,3 mil milhões de euros.

A TAP, por sua vez, obteve um resultado positivo, embora residual: lucrou 400 mil euros entre janeiro e junho, depois de ter fechado 2023 com um valor positivo de 177 milhões. A transportadora aérea nacional parece atravessar um período de turbulência nas contas: no primeiro trimestre do ano registou um prejuízo de cerca de 72 milhões de euros. HN

265

PREJUÍZO
A Lufthansa registou, no primeiro semestre, um prejuízo de 265 milhões de euros. No período homólogo lucrou 414 milhões.

Andreas Gebert/Reuters

O CEO da Lufthansa, Carsten Spohr, reuniu-se com o Governo.

INDÚSTRIA

Roldes fez 100 anos e faliu. Está em leilão online por 2 milhões

Nascida a 9 de janeiro de 1923 na margem direita do rio Selho, em Guimarães, a Fábrica de Curtumes de Roldes passou por vários donos, tendo acabado por falir às mãos dos descendentes de um dos fundadores, deixando mais de 30 trabalhadores – todos com os salários em dia – no desemprego.

Casa de Sarmento

A centenária Fábrica de Curtumes de Roldes transformava peles de bovinos em artigos exclusivos para calçado (imagem dos anos 40 do séc. XX).

1923

FUNDAÇÃO
A Fábrica de Curtumes de Roldes nasceu a 9 de janeiro de 1923, nas margens do rio Selho, em Guimarães, e faliu a 22 de março de 2024.

30

TRABALHADORES
A falida fábrica de curtumes deixou os seus mais de 30 trabalhadores – todos com os salários em dia – no desemprego.

RUI NEVES
ruineves@negocios.pt

Alberto Cardoso Martins de Meneses Macedo, filho do Conde Margaride, queria explorar a indústria de curtumes junto ao rio Selho, no lugar de Roldes, em Guimarães. Como não tinha grande capital, atraiu para esta aventura empresarial Joaquim Ribeiro da Silva, sócio na Fábrica do Castanheiro, e João Malheiro de Sousa Meneses, um oficial do Exército.

Fundada a Fábrica de Curtumes de Roldes a 9 de janeiro de 1923, tudo esteve para ir por água abaixo logo no ano seguinte, com a empresa a atravessar grandes dificuldades financeiras, tendo o militar saltado fora da sociedade e rumado a Lisboa. Outros investidores entraram, mas em 1930 a empresa encontra-se novamente em situação de falência.

Pouco depois, com a entrada dos irmãos Mendes de Oliveira, donos de uma das mais relevantes fábricas de curtumes de Guimarães, assim como de Joaquim Ribeiro da Silva, que estava de regresso à Roldes, a empresa tem a sua época dourada, na segunda metade dos anos 30 do século passado. Chegou a empregar 150 pessoas.

Mas foi sol de pouca dura. No verão de 1950 os patrões decidiram até fechar a empresa por seis meses, reabrindo em janeiro de 1951. Em 1969, com a Roldes a acumular consecutivos prejuízos, Augusto, filho de Joaquim Ribeiro da Silva, propõe comprar as quotas dos restantes sócios.

E assim acontece: a 23 de abril de 1974, poucas horas antes da Revolução dos Cravos, Augusto Ribeiro da Silva, juntamente com alguns familiares, assume os comandos da Fábrica de Curtumes de Roldes.

Entretanto, a empresa passou para as mãos da Campeão Português, fabricante de calçado que viria a falir em 2014, tendo a marca sido depois reativada. Com todos estes novos percalços, a Roldes esteve sempre na iminência de fechar, tendo em 2016 regressado quase totalmente às mãos da família Ribeiro da Silva.

Com uma faturação a rondar os dois milhões de euros, Pedro Ribeiro, um dos filhos de Augusto Ribeiro da Silva, continuava a transformar peles de bovinos, importadas sobretudo de Espanha, Argentina e Brasil, em artigos exclusivos para calçado, mas a situação difícil em que se encontra a "indústria mais sexy da Europa" levou a Roldes ao tapete.

Decretada insolvente a 22 de março passado, sem plano de recuperação, seguiu para liquidação, deixando os seus mais de 30 trabalhadores – todos com os salários em dia – no desemprego. E dívidas de 1,6 milhões de euros a 60 credores, entre os quais o BCP e a EDP. Está agora em leilão online com um valor base de 2,29 milhões de euros e um mínimo de 1,95 milhões. ■

COMÉRCIO

Mercado automóvel dá "sinais de alarme" em Portugal

Apesar do crescimento acumulado dos primeiros oito meses do ano, de 4,4%, agosto teve um comportamento negativo. É já o terceiro mês consecutivo de quebra mensal, deixando o setor preocupado.

VÍTOR RODRIGUES OLIVEIRA
vitoroliveira@negocios.pt

Os dados dos primeiros oito meses do ano, com um crescimento acumulado de 4,4%, podem dar a impressão de que está tudo bem, mas o setor do comércio automóvel está a enfrentar sérios desafios nesta fase do ano: em agosto, o mercado caiu 8,7% face ao mesmo período do ano passado, depois de outros dois meses a descer.

"Tem havido uma queda nos últimos três meses, sobretudo no mercado de passageiros, que é o mais relevante: em junho caiu 8,4%, em julho 9,5% e agora em agosto 9,4%", sinaliza Helder Pedro, secretário-geral da ACAP, a organização que divulga estes dados.

"Deixa aqui apreensão", sublinha. "É um sinal de alarme. Vem ao arrepio do que seria a previsão para este ano", reconhece o responsável. Os portugueses estão a ir menos às compras, trocando as voltas ao setor automóvel, que "é um pouco o barómetro de alguns indicadores, como do consumo ou do índice de confiança, etc.", afirma Helder Pedro. "Portanto, quando há qualquer variação nestes indicadores, imediatamente se reflete também no setor".

Estes dados, considera ainda, "revelam que é necessário que haja um estímulo que permita relançar o mercado e renovar o parque automóvel, como fizeram com sucesso Espanha, Itália ou Roménia". Helder Pedro recorda que o Orçamento do Estado para este ano "tem previsto o plano de renovação do parque automóvel, do incentivo ao abate", mas lamenta não ter recebido novidades do Executivo liderado por Luís Montenegro. "Até ao momento não tivemos resposta do Governo".

Kim Kyung Hoon/Reuters

No mês de agosto foram matriculados 14.338 automóveis.

-8,7%

AGOSTO
Dando sequência a vários meses de quebra homóloga mensal, em agosto o mercado automóvel teve uma redução de 8,7%.

4,4%

JANEIRO A AGOSTO
Apesar do momento mais difícil do comércio automóvel, os primeiros oito meses do ano ainda registam uma subida de 4,4%.

Mercado ainda cresce nos primeiros oito meses

Os dados divulgados esta segunda-feira mostram que no mês de agosto foram matriculados 14.338 veículos automóveis, menos 8,7% do que há um ano. Deste valor, 11.822 automóveis são relativos a ligeiros de passageiros novos, uma redução de 9,4%. Já nos veículos ligeiros de mercadorias, foram registadas 2.099 matrículas, mais 9,8% do que no período homólogo, mas nos veículos pesados o mercado sofreu uma quebra acentuada de 43,6%, com 417 veículos vendidos.

Estes números, porém, ainda não são suficientes para "desfazer" as estatísticas dos primeiros oito meses do ano, em que o mercado automóvel cresceu 4,4% em Portugal, face ao mesmo período de 2023, para um total de 168.942 novos veículos. As matrículas de ligeiros de passageiros são responsáveis por 142.789 unidades (+2,5%), enquanto nos ligeiros de mercadorias chegou aos 21.248 veículos (+19,5%) e nos pesados (de passageiros e mercadorias) ficou em 4.905 unidades (+3,5%). ■

INDÚSTRIA

Volkswagen pode fechar fábricas na Alemanha

A Volkswagen revelou esta segunda-feira que não descarta o encerramento de fábricas na Alemanha, numa altura em que a construtora automóvel está a analisar formas de reduzir ainda mais os custos em vários milhares de milhões de euros.

A possibilidade é avançada num comunicado da comissão de trabalhadores da fabricante alemã, citado pela Reuters, em que é referido que só serão abrangidas fábricas da marca Volkswagen.

A empresa considera que uma fábrica de veículos e uma outra de componentes são obsoletas. "A situação é extremamente tensa e não pode ser resolvida com simples medidas para cortar de gastos", avisou Thomas Schaefer, o responsável da marca Volkswagen.

A comissão de trabalhadores já prometeu "resistência feroz" aos planos da comissão executiva.

A Volkswagen revelou ainda que se viu forçada a terminar um acordo com os sindicatos alemães, em vigor há trinta anos, desde 1994, que impede a redução de postos de trabalho até 2029. Revelou também que todas as medidas serão discutidas com a comissão.

A marca Volkswagen, que gera a maior parte das vendas do grupo automóvel, é a primeira a ser alvo de uma tentativa de corte de gastos que pode chegar aos 10 mil milhões de euros até 2026, com a empresa a tentar reduzir os custos para sobreviver a uma transição para os veículos elétricos.

A confirmar-se, esta seria a primeira vez que a Volkswagen encerraria uma fábrica na Alemanha, nos seus 87 anos de vida. Tal abriria caminho a confrontos com sindicatos. ■

DIOGO MENDO FERNANDES

BOLSA

Supervisor da bolsa quer banca mais ativa a travar abusos

Um ano depois do lançamento, o supervisor dos mercados financeiros atualizou as recomendações aos intermediários financeiros sobre prevenção, deteção e comunicação de situações suspeitas de abuso de mercado. Quer saber que medidas estão a ser adotadas e maior proatividade na prevenção.

LEONOR MATEUS FERREIRA
leonorferreira@negocios.pt

No seguimento do "crash" vivido nas bolsas em maio de 2022, o supervisor português dos mercados financeiros fez uma série de recomendações aos bancos e outros intermediários financeiros para travar os abusos de mercado. Passado um ano, e depois de em 2023 se ter assistido a um aumento nas suspeitas de manipulação, reforça e clarifica os pedidos. E quer saber que medidas estão a ser adotadas em cada caso.

"O objetivo é assegurar que os intermediários financeiros não só continuem a monitorizar eficazmente as operações já realizadas, como também que reforcem os mecanismos de controlo antes das transações, antecipando potenciais situações suspeitas", explica fonte oficial da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), em resposta por escrito às questões do Negócios sobre a atualização das recomendações comunicada na semana passada.

Nesse documento indicava que parece existir uma maior preponderância dos controlos e alertas pós-negociação e pedia aos intermediários financeiros que estabeleçam procedimentos "robustos e eficazes" quanto aos controlos efetivos pré-negociação. "Este equilíbrio entre os dois tipos de controlos é essencial para a defesa da integridade do mercado e para uma prevenção mais eficaz de abusos, como manipulação de mercado ou uso indevido de informação privilegiada", refere.

O supervisor liderado por Luís Laginha de Sousa recebeu, em 2023, 24 suspeitas de manipulação de mercado e 12 de abuso de informação privilegiada.

Questionada sobre a aplicação das recomendações, a CMVM explicou que esta é monitorizada através de processos de supervisão aos intermediários financeiros, bem como pela informação gerada pelo próprios sistemas de supervisão da negociação da CMVM. Apesar de os dados específicos estarem sujeitos a segredo de supervisão e não serem divulgados publicamente, o supervisor liderado por Luís Laginha de Sousa remeteu para o relatório anual, no qual indica que houve 24 suspeitas de manipulação de mercado em 2023, o que representa uma subida de 20% em relação aos 20 casos registados no ano anterior. Já no caso de abuso de informação privilegiada, houve uma diminuição de 18 para 12 – ou seja, 33%. Foram arquivados, no ano passado, 31 processos e cinco estavam em averiguações preliminares, o que compara com 36 e dois em 2022.

Mais do que alterações, a ideia da CMVM é clarificar as recomendações que já tinham sido feitas e que passam, por exemplo, por controlos que avaliem o impacto das ordens transmitidas pelos clientes, considerando a liquidez, o "tick size", a racionalidade económica das ordens e o comportamento histórico dos clientes. "Ao combinarem controlos com características estáticas e dinâmicas, os intermediários financeiros podem aumentar a eficácia nos controlos e alertas, permitindo-lhes identificar e mitigar riscos em tempo útil, contribuindo para a prevenção de práticas abusivas e para a manutenção da integridade dos mercados financeiros", diz.

Pretende-se igualmente que

Duarte Roriz

O objetivo é que os intermediários possam, no cumprimento do seu dever de defesa de mercado, reforçar a deteção de potenciais práticas abusivas reiteradas. Ao utilizar esta informação detalhada, a capacidade de identificação de comportamentos suspeitos é aumentada, permitindo uma resposta mais eficaz e proativa.

FONTE OFICIAL
Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM)

seja aproveitada informação granular que existe sobre os clientes, o que a CMVM refere visa aumentar a compreensão sobre o comportamento dos clientes, "permitindo identificar padrões que possam indiciar situações de abuso de mercado".

"O objetivo é que os intermediários possam, no cumprimento do seu dever de defesa de mercado, reforçar a deteção de potenciais práticas abusivas reiteradas. Ao utilizar esta informação detalhada, a capacidade de identificação de comportamentos suspeitos é aumentada, permitindo uma resposta mais eficaz e proativa", explica.

Por último, a CMVM pede ainda uma análise material e de relevância das comunicações de operações suspeitas (COS), incluindo referências a eventuais medidas adotadas em relação aos clientes e a juízos internos. "A apresentação explícita de detalhes e fundamentação nas COS enviadas pelos intermediários financeiros é de extrema importância para o desenvolvimento eficaz, rigoroso e tempestivo da atividade de supervisão da CMVM, bem como de eventuais medidas a adotar subsequentemente", acrescenta o supervisor. ■

Futuros e "swaps" contrariam quebra na negociação

Mais de quatro dezenas de intermediários financeiros executam, em Portugal, ordens dos investidores para negociar ativos. Quase todos os segmentos estão em queda.

A intermediação financeira de ativos está a cair em Portugal. No segundo trimestre do ano, houve uma tendência generalizada de redução do número de ordens executadas, com os derivados a impedirem uma queda maior. Os futuros e os "swaps" contrariaram a tendência, a crescerem face ao trimestre anterior.

Eram 43 os intermediários financeiros a operar em Portugal no segundo trimestre de 2024 e a receber assim ordens por conta de outrem, segundo revelam os dados trimestrais da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM). Face ao trimestre anterior, era menos um.

O mercado a prazo, que diz respeito aos derivados, é o que tem maior peso. Neste caso, houve uma queda no total das ordens executadas de 14,8% no trimestre, para cerca de 652.215 milhões de euros. "As transações executadas em futuros e 'swaps' foram as únicas a registar aumentos (respetivamente 34,4% e 15,3%), em contraste com as diminuições nas ordens em CFD, 'forwards' e outros derivados", explica o relatório da CMVM.

As ordens relativas a derivados sobre taxas de câmbio continuaram (tal como no primeiro trimestre de 2024) a ser as preferidas dos investidores, apesar da quebra de 15,9% no trimestre. Mesmo com uma diminuição de 14,9% face ao trimestre anterior, a maioria das ordens (82,2% do total) continua a ser essencialmente executada em mercados internacionais.

Já no mercado a contado, o total de ordens executadas caiu 20,7% no trimestre, para cerca de 70.353 milhões de euros. "Destacam-se as diminuições nas ordens executadas sobre dívida pública (-24%) e dívida privada (-5,4%) face ao primeiro trimestre de 2024", explica o supervisor. As ordens executadas em mercados nacionais foram as únicas que aumentaram no trimestre, tendo as ordens executadas via "internalização" apresentado a maior descida no trimestre.

Em termos geográficos, houve diminuições nos Países Baixos (apesar de se manter como o mercado preferido), mas crescimento no Reino Unido e França.

Na negociação por conta própria, o número de intermediários financeiros aumentou de 24 para 26 face ao primeiro trimestre. ■ LMF

15,9%

CÂMBIO
Os derivados sobre taxas de câmbio são os preferidos dos investidores, apesar da quebra de 15,9% no trimestre.

82,2%

MERCADOS
Mesmo com uma queda no trimestre, a maioria das ordens (82,2%) é executada em mercados internacionais.

DECO PROTeste SABER É PODER DECO PROTeste Investe
Colaboração com a DECO. Os conteúdos foram cedidos pela DECO PROTESTE. www.deco.proteste.pt www.deco.proteste.pt/investe

Quanto poupar para a reforma?

FAÇA A SIMULAÇÃO EM WWW.DECO.PROTESTE.PT/INVESTE/REFORMA/CALCULADORAS

As pensões vão encolher nas próximas décadas. Se pretende viver uma reforma desafogada, é urgente criar uma poupança complementar. Para saber quanto deve aplicar mensalmente num PPR, use a nossa calculadora.

Se está próximo dos 30 anos, é altura certa para iniciar um plano de poupança para a reforma. Pode parecer demasiado cedo, mas as previsões da Comissão Europeia apontam para uma diminuição do valor das pensões nas próximas décadas. Como ainda está distante da reforma, pode optar por um PPR com maior percentagem de ações e, assim, beneficiar de um maior potencial de rendimento a longo prazo. O efeito de capitalização permitirá multiplicar de forma exponencial o valor da poupança. Se já está num período da vida mais avançado, 40 ou 50 anos, terá de fazer uma poupança mensal mais elevada para conseguir acumular um montante que permita manter o nível financeiro.

Contas à poupança necessária

A Proteste Investe criou uma ferramenta que permite calcular o valor ideal para viver desafogadamente. Basta inserir a sua idade atual, o rendimento mensal, a idade até à qual tenciona receber o complemento mensal gerado pela poupança e dizer se, após a reforma, tenciona manter o mesmo nível de rendimento (100%) ou se ficaria satisfeito com um montante inferior. Deve escolher também o PPR que pretende, com ou sem capital garantido. Vamos a um exemplo: suponha que tem 45 anos, um rendimento mensal de 2.000 euros e quer receber o complemento mensal até aos 85 anos.

Admite que conseguiria viver com 80% do valor do salário e está disposto a aplicar num PPR sem capital garantido.

Uma boa parte da população com estes rendimentos faz entregas mensais de 50 ou 100 euros. No entanto, nestas condições, deveria entregar cerca de 290 euros. Se tivesse apenas 25 anos, bastaria poupar mensalmente 112 euros!

A calculadora pressupõe ainda que o PPR rende nos próximos anos, até à idade de reforma (66 anos e quatro meses, em 2023 e 2024), o mesmo que nos últimos cinco anos civis. Ou seja, um rendimento modesto. Como se sabe, os PPR foram penalizados pelo comportamento dos mercados financeiros. Primeiro, a pandemia, a que se seguiu o conflito na Ucrânia e, mais recentemente, a crise gerada pela inflação. Atipicamente, o rendimento dos melhores PPR, com e sem capital garantido (Lusitania Poupança Reforma PPR e BBVA Estratégia Investimento PPR), foi o mesmo: 2,7% até ao final de 2022. Não é habitual. Por norma, os fundos com forte investimento em ações têm um potencial de rendimento muito superior. Apesar de não contabilizarmos os custos associados, mantém-se o propósito da ferramenta, cujo objetivo é alertar para a necessidade de poupar para a reforma cada vez mais cedo. ■

"Vemos a sustentabilidade mais como uma oportunidade do que como um desafio"

Líder na prestação de cuidados de saúde em Portugal, a CUF também quer liderar e dar o exemplo na sustentabilidade.

Em 2023, a CUF realizou 2,9 milhões de consultas, cuidando de 1,2 milhões de portugueses. Com quase 80 anos de história, a empresa tem vindo a aumentar a oferta através da sua rede nacional de hospitais e clínicas, dos canais digitais e de serviços domiciliários. Segundo o seu CEO, Rui Diniz, a sua liderança e pioneirismo mantém-se, igualmente, na jornada para a sustentabilidade do setor da saúde.

De que forma a CUF encara o desafio da sustentabilidade?

Nós vemos a sustentabilidade mais como uma oportunidade do que como um desafio. E vemos a sustentabilidade como uma oportunidade em dois planos diferentes. Num primeiro plano, como uma oportunidade para continuar a prestar cuidados de saúde com qualidade, mas de uma forma cada vez mais sustentável e com menor impacto na comunidade e no ambiente. Um segundo plano, que, do nosso ponto de vista, é cada vez mais importante e no qual podemos ter um papel mais central, é na prevenção dos impactos das alterações ambientais. Ou seja, na prevenção desses efeitos na saúde das pessoas e no apoio no tratamento daquilo que vierem a ser esses impactos.

Nesse contexto, quais são os vossos compromissos?

Em 2023, a CUF publicou o seu compromisso com a sustentabilidade. Não só é claramente conhecido por todos os que trabalham na CUF, como é do conhecimento de todos os nossos stakeholders, e de todos os que connosco interagem, e que sabem com o que nos comprometemos. Este conhecimento é importante porque, em termos de sustentabilidade, queremos partir daquilo que é a nossa realidade interna para atingir toda a nossa cadeia de valor. Não nos basta fazer aquilo que está diretamente ao nosso alcance, mas também queremos promover a sustentabilidade junto de todos os intervenientes na nossa cadeia de valor, de forma a torná-la cada vez mais sustentável no seu conjunto.

Como é que se materializa o compromisso da CUF com a sustentabilidade? Que projetos estão a desenvolver neste âmbito?

A CUF assumiu um conjunto de 11 compromissos na área do ESG (ambiente, social e governação). Na área do ambiente, destaco a medição e redução da nossa pegada carbónica de uma forma ampla, ou seja, incluindo o âmbito três. Do ponto de vista social, a nossa prioridade continua a ser a comunidade interna, todos os que trabalham na CUF e que hoje são cerca de 15 mil pessoas. Para eles, lançámos um programa de prevenção e de promoção do bem-estar, que inclui os nossos colaboradores e as respetivas famílias.

Ainda na dimensão social, mas agora na sua vertente externa, gostaria de destacar três projetos que temos desenvolvido em articulação com instituições da sociedade civil. Com a Fundação Calouste Gulbenkian temos um programa de formação de cuidadores formais. Estes muitas vezes não têm a formação adequada e com este programa conjunto procuramos dar-lhes a formação necessária para poderem desenvolver melhor um trabalho que é cada vez mais importante no contexto do envelhecimento da nossa população.

> **Em termos de sustentabilidade, queremos partir daquilo que é a nossa realidade interna para atingir toda a nossa cadeia de valor.**
>
> **A CUF assumiu um conjunto de 11 compromissos na área do ESG.**
>
> **RUI DINIZ**
> CEO da CUF

Rui Diniz, CEO da CUF

Em articulação com a Fundação Manuel Violante temos o programa Miles, em que trabalhamos com IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social) de todo o país no sentido de lhes dar mais competências e capacidades de gestão. É um programa que conta com a intervenção dos nossos colaboradores, que são mentores destas instituições. Finalmente, destacaria a nossa participação no Programa PRO-MOV, com o Business Roundtable Portugal, em que procuramos fazer o "reskilling" e dar mais competências e capacidades a profissionais em várias áreas da prestação de cuidados de saúde, proporcionando novas oportunidades de requalificação a pessoas desempregadas ou em risco de desemprego.

Na área da governação, gostaria de salientar o esforço que estamos a fazer na divulgação e implementação do nosso código de conduta. É uma ferramenta que temos comunicado de forma muito intensa junto dos nossos colaboradores e que consideramos deve ser assimilada e vivida, de forma muito clara, no dia a dia de todos.

Nesta vertente da sustentabilidade, que temas estão a merecer mais a vossa atenção este ano?

Este ano, estamos fundamentalmente focados na concretização dos muitos projetos que já temos em curso. Na vertente ambiental, estamos a desenvolver, com muita intensidade, o nosso roteiro para a descarbonização. Na dimensão social, também na vertente interna, estamos a promover cada vez mais a capacidade de conciliar a vida profissional com a vida familiar de todos os que trabalham na CUF. No que diz respeito à governação, estamos a trabalhar na integração cada vez mais da gestão de riscos com a nossa estratégia de negócio. Esta é uma prioridade de atuação, em que teremos o nosso comité de risco a acompanhar cada vez mais de perto esses temas.

Neste contexto, que significado atribui à vossa participação na Iniciativa Negócios Sustentabilidade?

Esta iniciativa é de grande relevância. Porque incentiva, através da divulgação do exemplo dado por várias organizações, mais empresas a entrar neste desafio e a capturar esta oportunidade. Por outro lado, permite que cada um aprenda com os projetos dos que entram nesta iniciativa e possam vir a replicar nas suas organizações projetos que tenham sido originalmente lançados por outros. Esta é uma área em que não deve haver concorrência, mas antes convergência e cooperação. Por isso, aderimos a este desafio, que vemos de forma muito positiva.

OPINIÃO

A COR DO DINHEIRO

CAMILO LOURENÇO
Analista de economia
camilolourenco@gmail.com

Violentados pelos impostos

O Estado arrecadou mais 9,7% de receita fiscal até julho, comparando com igual período do ano passado. O destaque foi para o IRC, cuja receita aumentou uns astronómicos 22,3%, e imposto sobre produtos petrolíferos, com aumento de 15,7%.

Ora, como a taxa de crescimento da economia se situa em apenas 1,5% os números dos impostos dão uma ideia da elevadíssima carga fiscal que incide sobre contribuintes individuais e empresas. Pergunta: podia ser de outra forma? Podia... se o Estado não gastasse tanto. De 2015 para 2024 a despesa pública subiu de 83.600 para 124 mil milhões de euros. E para 2025 tudo indica que irá subir mais 6 mil milhões (dos quais 1,5 mil milhões referem-se a aumentos de pensões). Ora a única forma de acomodar um disparo tão acentuado da despesa é com... adivinhou... aumentos de impostos. Voltando às contas de julho, foi esse crescimento da receita total (9,7%) que proporcionou o regresso do superávite orçamental.

É possível inverter este estado de coisas (trata-se de uma verdadeira doença endémica)? É. Fazendo pedagogia. Isto é, enquanto a classe política tiver medo de explicar aos eleitores que o aumento de um cêntimo de despesa exige um aumento igual de receita, o país continuará assim. O problema, dizem os políticos, é que o eleitorado está viciado em boas notícias. Leia-se benesses (que se pagam com despesa). É verdade. Mas se se mantiver o atual estado de coisas, continuaremos a ser violentados pelos impostos. ■

A LEI DO MERCADO

JOSÉ SÁ REIS
Professor na Fac. de Direito da Universidade do Porto
jose.sa.reis@gmail.com

Para que serve o controlo das concentrações

> Qualquer decisão prévia sobre um processo de concentração vai ter de basear-se naquilo a que costuma chamar-se o "counterfactual": a comparação dos cenários económicos expectáveis consoante a operação ocorra ou não.

Como provavelmente concordarão a maior parte dos advogados e economistas que já trabalharam em operações de fusão e de aquisição de empresas, os processos relacionados com o controlo dessas operações por parte das autoridades da concorrência são, por regra, bastante aborrecidos e pouco estimulantes do ponto de vista intelectual. Na esmagadora maioria dos casos, aquilo de que se trata é de calcular e somar os volumes de negócios e as quotas de mercado das empresas envolvidas, e (quando possível) dos seus concorrentes, cálculos esses que às vezes são muito complicados fazer com um grau de rigor aceitável em função da dificuldade em aceder a dados fiáveis e atualizados. Acresce que para além de serem aborrecidos, são muitas vezes processos em que a urgência obriga quase sempre a trabalhar sob pressão e nem sempre com a sensação de que o resultado final foi perfeito.

Soma-se a isto um problema que se levanta na maior parte das questões de concorrência a decidir pelas autoridades administrativas e judiciais, tenham elas caráter preventivo ou sancionatório. Qualquer decisão prévia sobre um processo de concentração vai ter de basear-se naquilo a que costuma chamar-se o "counterfactual": a comparação dos cenários económicos expectáveis consoante a operação ocorra ou não. Ou seja, o regulador é obrigado a fazer alguma futurologia, ainda que fortemente apoiada em modelos econométricos que em geral já foram amplamente testados, para saber se dada aquisição terá como consequência expectável a criação de "entraves significativos à concorrência efetiva no mercado nacional ou numa parte substancial deste" (usando a expressão da nossa lei) e deve por isso ser "chumbada". E ainda que em termos substantivos este critério pareça o mais ajustado, ele confere ao regulador uma margem de manobra que as partes na operação nem sempre estão dispostas a aceitar.

Mas se a prática pode de facto ser muito maçuda, a análise teórica dos problemas colocados pelas concentrações, e da racionalidade económica por trás da decisão de autorizar ou não a compra e venda de uma empresa é extremamente interessante, e levanta questões em que o interesse público no bom funcionamento do mercado e numa efetiva liberdade de concorrência conflitua com alguns direitos fundamentais de natureza económica – desde logo a liberdade de gestão, e de forma ainda mais clara o direito de propriedade, que implica a liberdade de alienar o objeto desse direito.

Tudo isto a propósito de um assunto que tem já alguns meses, mas que conheceu um desenvolvimento importante no início de agosto passado: o chumbo da AdC à compra da Nowo pela Vodafone, que possibilitou a sua compra pela Digi, um operador romeno que passará a atuar em Portugal. Entendeu a AdC que permitir que a terceira operadora portuguesa adquirisse a quarta se traduzia numa importante redução da pressão concorrencial sobre as "três grandes", cujo impacto negativo sobre o excedente do consumidor calculou em 54 M € anuais. E isto, note-se, apesar de mesmo com essa aquisição a Vodafone continuar a uma distância razoável das concorrentes o mercado dos "pacotes de serviços" (pouco mais de 23% do mercado, contra cerca de 35% da Nos e 41% da Meo).

Ainda que a decisão possa parecer bizarra a quem não está habituado a estas coisas (e diga-se, pudesse ser diferente se tomada pela Comissão da UE ou pelo regulador de outro membro da EU), a verdade é que abre a porta a que um novo operador entre no nosso mercado já com uma base de clientes significativa e com um acesso facilitado a conteúdos televisivos – recorde-se que a Digi se queixou à ERC e à AdC de um "comportamento abusivo" de alguns incumbentes na negociação desses conteúdos.

Segundo as expectativas dos reguladores, a entrada de um operador com a força da Digi, alavancada pela compra de uma marca com uma presença nada desprezível, poderá trazer uma redução de 7% dos preços das telecomunicações móveis. Vamos esperar para ver, e esperar que esse "counterfactual" esteja certo. ■

Coluna quinzenal à terça-feira

A MÃO VISÍVEL
Observações sobre o impacto das políticas para toda a sociedade e dos efeitos a médio e longo prazo por oposição às de efeitos imediatos e dirigidas apenas a certos grupos da sociedade.

maovisivel@gmail.com

ÁLVARO NASCIMENTO | CARLOS ALBUQUERQUE | JOAQUIM AGUIAR | JORGE MARRÃO | PAULO CARMONA | PEDRO BRINCA

Política e jornais

JORGE MARRÃO

O cheiro do papel dos jornais que marcava as rotinas de os comprar e ler pausadamente foi substituído por um frenético digitar. Nasceu o permanente "zapping" nos novos meios tecnológicos. A competição das redes sociais assustou os jornalistas, e ameaçou a sua fonte de rendimento, fazendo relembrar a revolta dos trabalhadores quando da introdução da maquinaria industrial num mundo de artesãos.

As respostas do media tradicional apareceram com a esmagadora digitalização dos conteúdos. Estavam preparados para a fisicalidade, mas agora seguiram o rumo da mineração de novos conteúdos, estes já digitais. Parecia que a profissão se deparava apenas uma com questão de meio. Hoje a experiência prova que, numa parte relevante, o jornalismo enveredou por um caminho sinuoso: combater o que prolifera nas redes dos novos emissores, tais como o Facebook, YouTube, Instagram, X e sítios especializados com um proselitismo que leva ao abandono de alguns dos fundamentos do jornalismo tão necessário a uma democracia saudável.

Na ressaca, assistimos em alguns meios políticos, à esquerda e à direita, bem como em instituições de reflexão (universitárias e não só), a estudar e denunciar o enviesamento com que a comunicação social nos brinda nestes tempos. Quem é de esquerda preza-se por ler o El País, The Guardian e o The New York Times como farol das suas ideias, e quem é de direita ou menos "engagé" com a "partidaride" aguda das democracias de hoje, observa serenamente que o enviesamento é assustador.

Não é apenas a seleção de temas, a edição, os títulos e a seleção de factos e a escolha pormenorizada do contraditório que parece ter que ser q.b. para manter as mesmas teses, é um espírito de antipoder que perpassa e que se perdeu. Privilegia-se a escolha dos poderes justos, por formas mais ou menos subtis, para não escandalizar os leitores menos comprometidos.

O NYTimes que protagonizou, e bem a denúncia do estado de saúde de Biden, agora vinga-se a convencer-nos que Kamala Harris é a personificação do paraíso nas terras americanas e no mundo, e Trump o Belzebu do futuro. Do que fez quando Presidente pouco desenvolvem, para além do sinistro e triste episódio do Capitólio que justifica tudo para quase todos. Não é de estranhar a confusão instalada nas democracias entre política, justiça e jornalismo. O bom senso democrático institucional já teve melhores dias. ■

> *"O "New York Times" positivamente enlouqueceu, numa cobertura mediática tão cerrada e partidária, tão antijornalística, que arrepia."*
>
> **CLARA FERREIRA ALVES**
> **EXPRESSO,**
> 30 DE AGOSTO DE 2024

Despedir para voltar a ganhar

PEDRO BRINCA

Chega ao fim após dois anos e alguns meses o tempo de Roger Schmidt no Benfica. O empate conseguido nos descontos contra o Moreirense foi a gota de água que fez transbordar a paciência do presidente do Benfica, uma vez que a paciência dos adeptos já há muito se havia esgotado. Schmidt foi capaz de montar um Benfica demolidor em 2022/23, garantindo o título de campeão e tendo uma das melhores performances europeias da última década. Mas a estrela de Schmidt brilhava cada vez menos, apagando-se ao ritmo da constante entrada e saída de jogadores: dos 16 que jogaram em Moreira de Cónegos este fim de semana, apenas quatro fizeram parte da superequipa de 22/23.

Mas independentemente das razões, que garantias existem que a troca de treinador possa trazer valor acrescentado? Por incrível que pareça, há quem se dedique realmente a estudar isto de forma sistemática. E parece mesmo existir evidência que as chicotadas psicológicas tendem a ter um efeito positivo. Em primeiro lugar por um efeito de mera reversão para a média. Nenhuma equipa ganha sempre. Se uma equipa tiver a capacidade de ganhar em média, digamos, 70% dos jogos, se tiver um período de maus resultados, abaixo dessa média, é expectável que a seguir haja uma recuperação. Sendo o "timing" do despedimento precisamente após a série de maus resultados, o novo treinador terá sempre uma probabilidade mais elevada de começar com o pé direito. Mas desengane-se quem pense que o efeito é duradouro. A reversão é para a média, não para o sucesso permanente, pelo que é um efeito apenas temporário.

Claro que há muitos mais fatores que influenciam estas contas. Conseguimos imaginar inúmeras razões que baralhem raciocínios tão simples. Mas o que é certo é que a meta-análise realizada por Honorato de Sousa e coautores[1] mostra que a maioria dos estudos tendem a encontrar este efeito positivo na performance de curto prazo, mas no longo prazo o efeito positivo não só desaparece como parece ser negativo. Trocas de treinador não parecem ser uma boa receita para o sucesso sustentado. Dito isto, a estatística vale o que vale e nunca substitui a competência. Rui Costa tinha dito que os erros da época passada tinham sido identificados e que os fatores que a eles levaram, corrigidos. Mas pelos vistos deixou passar um. ■

> *"Não havia condições para Schmidt continuar"*
>
> **RUI COSTA**
> **DIÁRIO DE NOTÍCIAS,**
> IN RECORD 31 DE AGOSTO DE 2024

[1] Koning, R. H. (2003). An econometric evaluation of the effect of firing a coach on team performance. Applied Economics, 35(5), 555-564.

DEANS' CORNER
Os grandes temas da atualidade nacional e internacional e as tendências da gestão analisadas pelos diretores das principais Escolas de Negócios portuguesas. Escrevem Filipe Santos, João Duque, João Pinto, José Crespo de Carvalho, José Esteves, Maria de Fátima Carioca e Pedro Oliveira.

JOÃO PINTO
Dean, Católica Porto Business School

Mais um ano letivo a arrancar... e a literacia financeira?

Nos últimos anos, a literacia financeira tornou-se um tema central nas discussões sobre o desenvolvimento económico e social. Num contexto em que a economia global enfrenta constantes desafios, a capacidade de gerir eficazmente as finanças pessoais é cada vez mais vista como uma competência essencial. Em Portugal, os níveis de literacia financeira deixam a desejar: de acordo com os resultados de 2022 do Programa Internacional de Avaliação dos Alunos da OCDE, o desempenho dos alunos portugueses em literacia financeira diminuiu 11 pontos face a 2018; o estudo "Bem-Estar Financeiro em Portugal: Uma Perspetiva Comportamental", publicado em maio de 2024, conclui que mais de metade da população portuguesa (64%) tem baixos níveis de conhecimento sobre o tema e cerca de 50% sente stress quanto à sua condição financeira.

No dia 25 de agosto foram conhecidos os resultados da primeira fase do concurso nacional de acesso ao ensino superior de 2024. Para o ano letivo 2024/2025, mais de 50 mil alunos entram no ensino superior em Portugal. Contudo, apenas cerca de 7% destes alunos vão frequentar licenciaturas de economia, gestão ou finanças e, dessa forma, adquirirem conhecimentos na área da gestão financeira. Por outras palavras, é muito pouco quando sabemos que é fundamental investir na educação financeira e que ao contrário de Portugal, outros países europeus, principalmente os do Norte da Europa, já há muitos anos a incorporam como parte integrante dos programas educativos e logo desde o ensino primário.

Os jovens são um grupo particularmente importante quando se trata de literacia financeira. Este é o período da vida em que muitos hábitos, incluindo os financeiros, começam a formar-se. A falta de conhecimentos financeiros pode levar a más decisões financeiras, como o endividamento excessivo, a falta de poupança e escolhas de investimento inadequadas, que podem ter um impacto negativo a longo prazo na sua saúde financeira. A inclusão da literacia financeira de forma sistemática nos currículos escolares dos ensinos básico e secundário prepararia os jovens para a liberdade financeira. Ao adquirirem competências financeiras desde cedo, estes futuros adultos estariam mais preparados para enfrentar os desafios financeiros que inevitavelmente surgem na vida adulta. Por exemplo, aprender sobre taxas de juros, risco e retorno em investimentos, ou mesmo sobre a importância de ter um fundo de emergência, pode fazer a diferença nas suas vidas.

> Uma população financeiramente educada é mais capaz de tomar decisões económicas informadas, o que, por sua vez, contribui para a estabilidade económica geral do país.

Os adultos também enfrentam desafios significativos quando se trata de literacia financeira, especialmente em relação ao planeamento da reforma. Perceber a importância de começar a planear cedo e tomar decisões informadas sobre poupanças e investimentos é crucial para garantir um futuro seguro. Infelizmente, muitos portugueses começam a planear a reforma demasiado tarde, o que resulta em poupanças insuficientes para manter o padrão de vida desejado após a reforma.

Além dos jovens e dos adultos, há populações vulneráveis, como as de baixo rendimento, que enfrentam desafios únicos que podem ser mitigados através de programas de educação financeira direcionados. Estas populações, que muitas vezes vivem no limite da sustentabilidade financeira, beneficiariam imensamente de uma maior literacia financeira. Com o conhecimento certo, poderiam gerir melhor os seus recursos limitados, evitar o sobre-endividamento, e começar a construir um futuro mais seguro para si e para as suas famílias.

A promoção da literacia financeira não é apenas uma responsabilidade individual, mas também uma questão de interesse público. Melhorar a literacia financeira da população em geral tem impactos positivos que transcendem o bem-estar individual. Uma população financeiramente educada é mais capaz de tomar decisões económicas informadas, o que, por sua vez, contribui para a estabilidade económica geral do país. Além disso, uma melhor gestão das finanças pessoais ajuda a reduzir o stress financeiro, que é uma das principais causas de problemas de saúde mental e baixa produtividade no trabalho.

A integração de tecnologia na educação financeira também pode desempenhar um papel crucial. Atualmente, existem inúmeras aplicações e plataformas online que facilitam a aprendizagem e a gestão financeira. Ao incorporar estas ferramentas no ensino e na vida quotidiana, podemos tornar a educação financeira mais acessível e adaptada às necessidades e preferências dos jovens.

Em conclusão, a promoção da literacia financeira em Portugal, especialmente entre os jovens pré-universitários, é uma prioridade que não pode ser ignorada. As vantagens são claras: indivíduos mais bem preparados financeiramente, menos desigualdade económica e uma sociedade mais resiliente e produtiva. Cabe às instituições de ensino, aos governos e à sociedade em geral reconhecer a importância deste tema e agir de acordo para garantir que os jovens de hoje sejam os adultos financeiramente responsáveis de amanhã. E as escolas de Gestão portuguesas, cotadas entre as melhores do mundo em termos de acreditações e "rankings", têm um papel fundamental. ■

Mariline Alves

OCEANO GLOBAL

ALDINO SANTOS DE CAMPOS
Centro de Investigação do Instituto de Estudos Políticos - Universidade Católica Portuguesa

Naturalmente que vivemos num mundo cada vez mais artificial

David Gray/Reuters

Que o mundo está a mudar já não é novidade. Também não é novidade a capacidade do ser humano em se adaptar a essas mudanças. No entanto, existe um custo associado a essa adaptação, que varia consoante a região do mundo. Em geral, mudar implica sempre um custo, seja económico ou social, e a resposta a essas mudanças difere de acordo com o local e a cultura. A resistência das populações à mudança de estilo de vida é um dos maiores obstáculos à adaptação à nova realidade ambiental, que cada vez mais se afigura como inevitável e duradoura. As constantes questões sobre se estamos perto ou longe do ponto de não retorno em termos de sustentabilidade ambiental em nada alteram os nossos comportamentos diários, nem motivam mudanças significativas nas políticas necessárias para promover essas alterações. Como a história tem demonstrado, somos uma espécie reativa, que raramente antecipa consequências hipotéticas. Em outras palavras, só quando sentimos na pele os efeitos negativos das mudanças, sejam climáticas ou outras, é que implementamos políticas corretivas, que mais não são do que medidas para mitigar prejuízos já em curso. Um exemplo recente foi o sismo sentido na semana passada: o tema voltou à ordem do dia, com o devido destaque nas notícias, mas rapidamente foi relegado para segundo plano, suplantado pelos conflitos armados ou até pela crise no Benfica.

Mudar, mitigar e adaptar implica uma artificialização do meio natural. Não podemos esquecer que atingimos o auge civilizacional porque as condições naturais do mundo assim o permitiram. Foi através de um processo natural que alcançámos um equilíbrio dinâmico, onde uma multitude de espécies coabitava no mesmo espaço. Nós, uma espécie invasora neste ecossistema global, destruímos esse equilíbrio em prol de uma chamada sociedade evoluída, em que a natureza por si só já não garante a nossa sustentabilidade. O aumento exponencial da população global nos últimos 50 anos evidencia a nossa vertente predadora em relação a todas as outras espécies do planeta. Em pouco mais de dois séculos, a população humana global aumentou oito vezes, sem que qualquer outra espécie acompanhasse este crescimento. Facilmente se conclui que a necessidade de alimentar este crescimento teria de ser cada vez mais artificial, pois a biocapacidade do planeta entrou em défice face às necessidades reais desta nova pegada ecológica. É um caminho insustentável a longo prazo, todos sabemos disso, mas continuamos a seguir a marcha natural da vida até ao ponto de rotura... depois logo se verá. Curiosamente, para colmatar as necessidades alimentares atuais, acabámos por aumentar também o número de animais domésticos de consumo, que, juntamente com os humanos, representam uma parte significativa da biomassa global. Esta produção afeta áreas anteriormente destinadas à natureza, aumenta significativamente o consumo de água potável e, não menos importante, eleva as emissões de metano, sendo a agropecuária a principal fonte antropogénica destas emissões. O que outrora considerávamos como domínio selvagem e natural está a perder cada vez mais expressão, cedendo lugar a esta nova realidade artificial.

O custo desta artificialização, embora suportado pelos países desenvolvidos em nome da segurança alimentar, nem sempre é suportado pelos países em desenvolvimento. De facto, muitas populações costeiras ainda dependem do que a natureza oferece para o seu sustento nutricional. Por exemplo, para aceder à proteína animal, muitas comunidades ainda recorrem à pesca artesanal, e uma disrupção desta fonte pode inibir permanentemente a continuidade deste fator nutritivo. Mais uma vez, o custo da artificialização da pesca, através da aquacultura, tem um preço associado, que pode não ser suportado por muitas populações costeiras, especialmente em países subdesenvolvidos, resultando num aumento da precariedade social e no desequilíbrio global. Mas, como comecei por dizer neste artigo de opinião, já não é novidade que o mundo está a mudar... ■

Coluna quinzenal à terça-feira

> Não podemos esquecer que atingimos o auge civilizacional porque as condições naturais do mundo assim o permitiram.

> O que outrora considerávamos como domínio selvagem e natural está a perder cada vez mais expressão, cedendo lugar a esta nova realidade artificial.

negocios

Conselho de Administração **Presidente: Domingos Matos; Vogais: Luís Santana, Ana Dias, Octávio Ribeiro, Isabel Rodrigues, Mário Silva, Miguel Paixão, Paulo Fernandes e Filipa Alarcão.** • Principal acionista **Expressão Livre II, SGPS, S.A. (100%).** • Diretora: **Diana Ramos** Diretor adjunto: **Celso Filipe** • Sede: Redação, Administração e Publicidade **Rua Luciana Stegagno Picchio n.º 3 - 1549-023 Lisboa** • Redação: tel. **210 494 000** e-mail **info@negocios.pt** Publicidade: tel. **210 494 076** e-mail **publicidade@medialivre.pt** • Assinaturas: tel. **210 494 999 (das 9h às 18h)** ou através do e-mail **assine@medialivre.pt** • Delegação Porto **Rua Eng.º Ferreira Dias, 181, 4100-247 Porto** tel. **225 322 342** • e-mail **negocios-porto@negocios.pt** • Internet **www.negocios.pt** • Propriedade/Editora: **Medialivre, S.A.** • Sede **Rua Luciana Stegagno Picchio n.º 3 - 1549-023 Lisboa** Capital Social **22 523 420,40€** • Contribuinte **502 801 034** • C.R.C de Lisboa **502 801 034** • Impressão **EGF-Empresa Gráfica Funchalense - R. da Capela Nossa Sra. da Conceição 50, 2715-311 Pêro Pinheiro.** ISSN: **0874-1360** • Estatuto editorial disponível no site em **www.negocios.pt**

TERÇA-FEIRA | 3 SET 2024

MELHOR NA CATEGORIA IMPRENSA DE ECONOMIA

...medialivre

Nº ERC: **121571** • Depósito Legal: **120966/98**
Tiragem média de Agosto de 2024: **4.170 exemplares**

SA LUÍS AFONSO

BREVES

BRUXELAS

ROSTO PARA O ALARGAMENTO

O próximo executivo comunitário terá um comissário exclusivamente dedicado ao alargamento da União Europeia (UE) aos países dos Balcãs Ocidentais, Ucrânia e Moldova, anunciou a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen. ■

BRASIL

LULA QUER TAXAR TECNOLÓGICAS

O Governo de Lula da Silva admite apresentar propostas ao Congresso para tributar as grandes tecnológicas e implementar um imposto mínimo de 15% sobre as multinacionais para garantir a meta orçamental de 2025, para evitar entrar em défice. ■

CESSAR-FOGO

NETANYAHU NÃO FAZ O SUFICIENTE

O Presidente norte-americano, Joe Biden, considera que o primeiro-ministro israelita, Benjamin Netanyahu, não está a fazer o suficiente para alcançar um acordo de libertação dos reféns israelitas mantidos pelo movimento Hamas em Gaza. ■

AUTOMÓVEL

BMW recolhe Mini elétrico por sobreaquecimento

Andrew Boyers/Reuters

A BMW prevê que a "recall" afete mais de 140 mil veículos do modelo Mini Cooper SE em todo o mundo.

A BMW está a fazer uma recolha mundial do modelo elétrico Mini Cooper SE, alegando problemas com o sobreaquecimento da bateria, afirmou um porta-voz da empresa à Reuters.

A decisão de recolha anunciada esta segunda-feira, que inclui modelos de 2020 a 2024, pode afetar mais de 140 mil automóveis por todo o mundo, e, para já, a empresa-mãe não tem conhecimento de qualquer tipo de acidentes ou feridos devido a este problema deste modelo da Mini, segundo fonte oficial citada pela Reuters.

Só na Alemanha, o número de veículos recolhidos pode ultrapassar os 39 mil.

O veículo tem uma função de diagnóstico no software que reconhece "um mau funcionamento da bateria" fora das especificações de produção padrão, explicou a BMW. Quando tal acontece, indica a marca, o condutor deverá receber um alerta do próprio carro visitar um concessionário da marca para que o problema seja resolvido.

O documento de "chamada à oficina" mostra ainda que os problemas térmicos da bateria podem acontecer mesmo quando o carro está parado e estacionado, havendo risco de incêndio.

Este é um dos muitos "recalls" que a empresa tem feito nos últimos meses. No passado 23 de agosto, a gigante alemã emitiu uma das maiores recolhas da indústria automóvel do ano, em que chamou à oficina mais de 720 mil veículos de 11 modelos diferentes da própria BMW, produzidos entre 2012 e 2018, isto apenas nos EUA. O problema estaria na ligação elétrica defeituosa no circuito da bomba de água, que pode provocar um curto-circuito e um incêndio. ■ **BC**

ELEVADOR

Diana Ramos
dianaramos@negocios.pt

PEDRO NUNO SANTOS
Secretário-geral do PS

Ganhou capital político ao distinguir com clareza aquelas que serão as linhas vermelhas dos socialistas na discussão do Orçamento do Estado para 2025. Além disso, marcou pontos ao anunciar que fará aprovar um retificativo caso as conversas com o Executivo de Montenegro não cheguem a bom porto, evitando penalizar várias carreiras da Função Pública. Atirou a bola para o Governo e fê-lo com mestria. ■

OLAF SCHOLZ
Chanceler alemão

O chanceler alemão está numa encruzilhada. Politicamente, vê a coligação que lhe garante o poder esboroar-se perante as dificuldades económicas. Os resultados das eleições regionais, com a AfD a sair vencedora em dois estados, agudiza a fragilidade do executivo que encabeça. A somar a tudo isso, prepara-se para fechar fábricas da VW, a marca mais emblemática da sua economia, abrindo um duro braço de ferro com os sindicatos. ■